

===== **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E SETE DE JUNHO DO ANO DOIS MIL E OITO:** =====

===== Aos vinte e sete dias do mês de Junho do ano dois mil e oito, pelas dezassete horas, na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Excelentíssimo Senhor **Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Secretariado pelos Senhores: **Isabel Maria Fernandes Guimarães Ferreira de Vilhena** – Primeira Secretária e **António Luís da Fonseca e Grifo** – Segundo Secretário e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte: =====

===== **Ponto um:** *Votação das actas n.ºs 26 e 27;* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto três:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a freguesia de Oliveira de Azeméis – Autorização;* =====

===== **Ponto quatro:** *Protocolo de colaboração entre o Município e o Município de São João da Madeira, para a pavimentação da Rua de S. Roque (rua fronteira entre ambos os municípios sita na Zona industrial da Devesa Velha) – Autorização;* =====

===== **Ponto cinco:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Indaqua Feira – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A., no âmbito do processo de loteamento número 1007/04 – Autorização;* =====

===== **Ponto seis:** *Protocolo de colaboração a celebrar com o Município de Santa Maria da Feira (cedência de uma faixa de terreno para integrar o domínio público do Município de Oliveira de Azeméis) – Autorização;* =====

===== **Ponto sete:** *Protocolo de colaboração a celebrar com Pina Silva & Almeida, Lda., no âmbito do processo de loteamento n.º 1007/04 (ligação/ execução das redes de drenagem e águas residuais domésticas e pluviais) – Autorização;* =====

===== **Ponto oito:** *Adenda ao protocolo de colaboração a celebrado com a FAMOA, para a realização da “III Edição Regional e I a nível Nacional, do Concurso de Música Terras de La- Salette” – Autorização;* =====

===== **Ponto nove:** *Adenda ao protocolo de colaboração com a Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Cucujães – Autorização;* =====

===== **Ponto dez:** *Proposta de sinalização das zonas pedonais da cidade – Aprovação; =*

===== **Ponto onze:** *Proposta de sinalização na Travessa da Espinheira – Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto doze:** *Proposta de sinalização em Vila Cova – Santiago de Riba – Ul –*
Aprovação; =====

===== **Ponto treze:** *Proposta de sinalização na Rua Eduardo Vasques – Carregosa –*
Aprovação; =====

===== **Ponto catorze:** *Proposta de alteração de sinalização no Centro da Cidade –*
Aprovação; =====

===== **Ponto quinze:** *Proposta de alteração de sentido na Rua Hospedaria da*
Malaposta, Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====

===== **Ponto dezasseis:** *Proposta de postura de trânsito na Rua Eng.º Carlos Ribeiro,*
Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====

===== **Ponto dezassete:** *Proposta de sinalização em dia de Feira - Nogueira do Cravo –*
Aprovação; =====

===== **Ponto dezoito:** *Proposta de postura de trânsito na Rua Bento Carqueja – Oliveira*
de Azeméis – Aprovação; =====

===== **Ponto dezanove:** *Proposta de alteração de trânsito na freguesia de Carregosa –*
Aprovação; =====

===== **Ponto vinte:** *Proposta de colocação de sinais “STOP”, na freguesia de Fajões –*
Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e um:** *Proposta de criação de um lugar de estacionamento de cargas*
e descargas na baía de estacionamento da Rua de Rio Velho, em Cucujães – Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e dois:** *Proposta de circulação de automóveis pesados no Centro da*
Cidade – Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e três:** *Fornecimento de refeições nos Jardins-de-infância e EB1s do*
Concelho para o ano lectivo 2008/2009 – Repartição de encargos orçamentais, em mais do que
um ano económico – Autorização; =====

===== **Ponto vinte e quatro:** *Alterações ao Regulamento das Zonas de Estacionamento*
de Duração Limitada e Utilização Onerosa da Cidade – Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e cinco:** *Alteração ao Regulamento Municipal do Idoso – Aprovação;*

===== **Ponto vinte e seis:** *Alterações do Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e*
Águas Residuais do Município de Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e sete:** *Inventário final de existência – Ano Económico / 2007 –*
Rectificação – Apreciação; =====

===== **Ponto vinte e oito:** *1ª Revisão ao Orçamento e 1ª Revisão ao PPI – Aprovação;* =

===== **Ponto vinte e nove:** *Relatório da auditoria efectuada à empreitada “Via do Nordeste – 3ª Fase” – Conhecimento e tomada de posição.* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:** =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Isidro Marques Figueiredo, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, António da Silva Xará, José Francisco Brandão de Oliveira, Jorge Leonel Figueiredo de Almeida, Paulo Manuel Matos Ferreira, Jorge Manuel da Costa Alves Rosa, José Filipe da Silva Carvalho, Nuno Ricardo Fernandes Pires, José Maria de Pinho Silva, Marcial Abel de Ascensão Vaz Santiago, Diamantino Melo de Almeida, António Rodrigues dos Reis, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Ramiro Pereira Alves Rosa, José Alves da Silva, Miguel Mendes da Silva, José António de Pinho Santos, António Nobre Azevedo, Manuel Figueiredo Pereira, Ilídio Barbosa Lopes e António de Jesus Silva.* ==

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Maria Helena Terra de Oliveira, Ana Maria Jesus da Silva, Joaquim Jorge Ferreira, Hélder Martinho Valente Simões, Paulo do Amaral Alegria, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Armindo Fernando Martins Nunes, Lino Manuel da Costa Ferreira, José Ramos da Silva, Bruno Armando Aragão Henriques, Agostinho Carmo Tavares, António Costa Godinho Oliveira, Nuno Miguel Soares de Jesus e Maria Isabel Correia da Costa.* =====

===== **Presidente da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes:** *Narciso da Silva Pinho.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *António Alberto Vieira Dias.* =====

===== **Do Partido Comunista Português (PCP):** *Óscar Fernando Soares de Oliveira.* =

===== **Independentes:** *Luís Filipe Moreira Silva Bastos Oliveira.* =====

===== **E a ausência dos seguintes Membros:** *Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira e Rodrigo Moreira da Silva.* =====

===== **O Senhor Presidente da Mesa declarou:** =====

===== *Boa tarde. Estamos em condições de dar início à nossa Assembleia Municipal. Já chegou à Mesa um conjunto significativo de votos, a grande maioria de congratulação mas, infelizmente, também de pesar. Faríamos a discussão e respectiva aprovação no final do “Período de Antes da Ordem do Dia”. São vários da Bancada do PSD e outros da Bancada do PS, que eu vou procurar ao longo do “Período de Antes da Ordem do Dia” juntar. Acho que não há necessidade de colocar à votação votos diferentes.* =====

===== **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Dra. Helena Terra, do PS, para uma interpelação à Mesa.** =====

===== *Boa tarde a todos. Eu presumo que, uma vez que o Senhor Presidente ia dar início aos trabalhos entrando no “Período de Antes da Ordem do Dia”, não terá nenhuma informação, além daquelas que já deu, para dar à Assembleia Municipal. E, portanto, é por via disso que peço a palavra para interpelar a Mesa, nos seguintes termos: no final da Assembleia Municipal anterior, eu usei da palavra para uma interpelação à Mesa relativamente ao seguinte facto: pela segunda vez consecutiva um Município, o Senhor Altino, queixou-se de que não obstante a queixa que tinha apresentado na Assembleia Municipal anterior, que por sua vez já tinha motivado por parte da nossa Bancada uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, não obstante isso ainda não lhe tinha sido dada qualquer tipo de resposta por parte da Câmara Municipal. Pois bem, em face disso e uma vez que a interpelação anterior à Mesa não produziu qualquer tipo de efeito e o efeito que se pretendia que produzisse era, por um lado, o do integral respeito pelo direito dos cidadãos que aqui vêm, que colocam as questões que muito bem entendem ao abrigo de um direito legal e que por via desse mesmo direito tem o direito, passo o pleonasma, a ver respondidas as questões que levantam. Nós todos sabemos quais os termos em que as questões devem ser respondidas. É evidente que esses termos até admitimos tolerância, porque achamos que antes da Lei e depois da Lei tem forçosamente que estar o bom-senso, o que é facto é que achamos que a este propósito já foram ultrapassados, não só os limites da Lei que eram menos, se calhar no caso, seriam menos relevantes, foram ultrapassados também os limites do mais elementar bom senso. Portanto, decorridas duas Assembleias Municipais Ordinárias depois, este cidadão ainda não teve respostas às pretensões que legitimamente aqui colocou e, portanto, era com este intuito que fazia a interpelação à Mesa, no sentido de saber se o Senhor Presidente tem alguma informação para dar à Assembleia Municipal a este propósito. Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse:* =====

===== *Muito obrigada pela interpelação, ela é pertinente. Aproveito para dar, na sequência desta interpelação, dois tipos de informações. Tenho aqui a resposta ao Senhor Altino Serafim Valente Tavares aqui já preparada para a enviar, assim como todas as respostas que estavam pendentes e havia uma que estava com maior atraso, talvez um processo mais complicado que careceu de algum aconselhamento jurídico. Portanto, não foi despachado ainda antes desta Assembleia Municipal, mas durante esta Assembleia Municipal será despachado. Para além disso, e podia ter começado por aí, a Mesa entendeu fazer um documento, que não está aprovado no Regimento, mas que seguramente todos os Membros desta Assembleia Municipal aceitarão, que é um documento muito simples que a Mesa irá preencher com os dados pessoais das pessoas que vêm cá colocar as questões, o assunto apresentado e a resposta da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, que será aqui ou que será em anexo, mas que serve para a Mesa monitorizar todas as questões que são aqui apresentadas e ter o ponto de vista da tramitação a que se refere, ter também um maior controle e poder com avisos e alertas, se as respostas entretanto não chegarem, acompanhar de forma mais eficaz. Eu entendo que às vezes não é por desrespeito, mas também temos que compreender que muitas das questões, quem somos nós para julgar as questões que são aqui colocadas pelo Público, mas algumas depois até no final da Assembleia, lá fora, ou no hall de entrada, a resposta é dada, mas como nós depois perdemos o controle dessa situação, optou a Mesa por fazer este documento. Fica registado, no final da Assembleia Municipal ele fica registado e passa a ser controlado pela Mesa e, portanto, seguramente não vai nada continuar em atraso e, segundo as informações que eu tenho dos Serviços, neste momento não se encontra nada atrasado e, portanto, irão ser despachadas as questões que são colocadas e pode, como é evidente, dar-se conhecimento, e farei se assim o*

entenderem, a todos os Grupos Parlamentares das respostas que a Câmara Municipal der às pessoas que aqui colocam os assuntos. Portanto, mais uma vez a pertinência deste documento, porque é mais fácil também em termos de sistematizar os procedimentos. Portanto, julgo que de alguma forma respondemos à interpelação e, portanto, vamos então dar início ao “Período de antes da Ordem do Dia”. =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa deu início à Sessão.* =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== *No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Dr. Jorge Almeida, do PSD, que disse:* =====

===== *Em nome da Bancada do PSD, quero salientar três eventos organizados pela Câmara Municipal, que pela sua forte vertente social e humana merecem, do nosso ponto de vista, uma justa referência e ao mesmo tempo grande destaque nesta Assembleia Municipal. O primeiro, porque aconteceu já há mais tempo, trata-se da “Feira do Brinquedo” que decorreu no Parque de La-Salette de 1 a 4 de Maio e que tem a particularidade de ser a única “feira” do género na região do Entre Douro e Vouga. Com esta “Feira do Brinquedo” a pretensão é sensibilizar os pais, os encarregados de educação, para a importância do brinquedo e de se brincar ao mesmo tempo com as crianças! Na União Europeia, os pais portugueses são os que passam menos tempo a brincar com os seus filhos! E precisamente para contrariar estes dados estatísticos tivemos também no Parque de La-Salette o segundo evento que quero hoje referir, o “Dia Mundial da Criança”, preenchido com diversas actividades espectáculos de dança, teatro, mostras, pinturas, desporto, etc. Tudo o que as nossas crianças gostam e nós adultos, neste caso através da Câmara Municipal, tivemos. Os pais tiveram assim a sua oportunidade de irem até lá e brincarem com os seus filhos, assim como, foi dada, e bem, durante a semana a oportunidade de as escolas do município estarem lá com os seus alunos, as suas crianças. A terceira iniciativa que quero relevar e que aconteceu há bem pouco tempo, é a chamada “Festa Sénior”. Uma festa, que é mesmo uma festa para os mais velhos, para aqueles que provavelmente mais do que nunca precisam de ser lembrados e acarinhados pela sociedade activa e hoje cada vez mais ocupada, stressada e egocêntrica. Esta “Festa Sénior” é feita por eles e para eles, têm assim uma participação activa. Nesta festa são também homenageados os casais que fazem cinquenta anos de casados comemoram assim as “Bodas de Ouro”. Faz-se também um saudável intercâmbio de gerações, que conforta, que alegra como nunca os mais velhos. A Bancada do PSD quer salientar nesta iniciativa a união de todas as Instituições com valências para os mais velhos e outras organizações que se ocupam informalmente. Uma especial referência à Universidade Sénior, pois todos, em conjunto com a Câmara Municipal organizaram uma grande festa. Uma festa que naturalmente aprofunda a relação da “instituição” Câmara Municipal com a comunidade do seu município. Parabéns pelas iniciativas! Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, do PS.* =====

===== *As minhas saudações a todos os presentes. A minha intervenção prendia-se com uma intervenção absolutamente insólita, na minha opinião, do Dr. Isidro Figueiredo na última*

Assembleia Municipal, mas, embora ele não estando presente, eu julgo que essa intervenção merece uma resposta. Essa intervenção, na minha opinião, em nada contribui para a qualidade do debate político que o nosso concelho precisa e que deve existir entre todos os Membros desta Assembleia, ou entre todos os Membros com assento nesta Assembleia. A pressa manifestada pelo Dr. Isidro em transformar o julgamento do Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis em matéria jornalística, levou-o a fazer um número de vitimização e a desviar a atenção dos Oliveirenses para o que era realmente importante analisar. Tentou, inclusive, dar lições de ética à oposição do Partido Socialista e todos nós sabemos que quando o tenta fazer, dá-se mal. E esteve pior ainda quando comparou o comportamento do Partido Socialista, nesta matéria, em todo este processo, à enxovalhada de insultos feitos publicamente por um seu Colega de Partido aos Elementos do PS. O PS disse na altura própria o que pensava sobre este assunto e aguardou desde então serenamente e em silêncio, sem qualquer ruído, pela decisão judicial. Não duvido, não tenho dúvidas nenhuma, que se os papéis fossem inversos o PSD teria feito uma conferência de imprensa por dia, teria exigido a demissão do Presidente da Câmara, teria exigido a demissão do Governo da Nação, teria exigido a demissão do Governo da Região Autónoma dos Açores e teria exigido a convocação de eleições antecipadas regionais e nacionais. Mas a intervenção é insólita, na minha opinião, porque quanto à gravidade do que efectivamente aconteceu, ele não diz rigorosamente nada. E eu pergunto: não é preocupante, que o nome de Oliveira de Azeméis fosse mais uma vez, e pelos piores motivos, manchete nacional e mais uma vez por culpa exclusiva do PSD? Não é preocupante, que crimes com esta gravidade tenham ocorrido numa autarquia com serviços certificados, aonde afinal verificamos que ninguém é responsável e ninguém sabe de nada? Não é preocupante, que nenhuma acção seja desencadeada no sentido de apurarmos, por um lado responsabilidades e, por outro lado procurarmos pelo menos definirmos medidas correctivas que impedissem que estes factos voltassem a acontecer? Todos temos no nosso imaginário colectivo a imagem saudável, agradável, da Alice no País das Maravilhas, que o Dr. Isidro quer substituir por uma realidade que é o Isidro no Concelho das Maravilhas. Nós estamos habituados a vê-lo aqui transformar um concelho parado e ultrapassado no tempo pelos concelhos vizinhos. Estamos habituados a vê-lo transformar este concelho numa frente de obra e num paraíso para os investidores. A realidade é que a pouca obra que existe no concelho e que ainda vamos inaugurar, é uma realidade nos concelhos vizinhos, está ao serviço das populações desses concelhos vizinhos há décadas. O paraíso em que se transformou Oliveira de Azeméis para os investidores resulta do facto de estes se aperceberem das fragilidades de um Município que não tendo capacidade para realizar, tem fragilidades negociais e permite o desordenamento continuado do nosso tão maltratado território. Todos estamos habituados a vê-lo transformar uma gestão ruinosa do PSD e finanças desequilibradas, em rigor orçamental e em contas consolidadas. A realidade é que essa gestão conduziu as finanças da Autarquia a uma situação de desequilíbrio financeiro estrutural e a uma dívida recorde, que bloqueou não só o nosso presente como também hipotecou o nosso futuro. Diz o PSD que a oposição não tem ideias. Tivemos uma Assembleia Municipal Temática sobre um Plano de Urbanização que chega com treze anos de atraso sobre um mau PDM e sobre este Plano de Urbanização nós não vimos, na altura, uma única ideia do PSD., excepção feita ao Senhor Arqt.º Jorge Rosa que o fez, reconheço, teve também a preocupação de o dizer, de referir que o fazia como cidadão Oliveirense, mas efectivamente tinha ideias para apresentar nesta Assembleia sobre o Plano de Urbanização. Mas o PSD não tinha ideias na altura e o que é grave, na minha opinião, é que continua a não tê-lo agora. Ainda não ouvi uma única ideia, que não fosse a ideia do recurso, sobre uma estratégia para o saneamento financeiro da Autarquia. Não ouvi ainda uma estratégia para o desenvolvimento económico do concelho, que não passasse pelo apoio incondicional à proliferação das grandes

superfícies e a um prazer mórbido, um pouco estranho até, dos danos que essas grandes superfícies poderão causar no comércio tradicional. Diz ainda que a Oposição só critica. Tive oportunidade de participar como assistente, como ouvinte, numa Assembleia dos Políticos de Palmó e Meio. E ouvi esses pequenotes apresentarem um conjunto de reclamações, um conjunto de sugestões que basicamente lhes são trazidas, algumas obviamente serão da sua autoria, outras naturalmente que veiculam as opiniões dos seus pais e naturalmente também das questões que colocaram veiculam das opiniões dos seus professores. E o que eu me pude aperceber, foi que essas sugestões, essas reclamações que eram apresentadas pelos pequenotes eram sugestões e reclamações que coincidiam na íntegra com aquilo que o Partido Socialista vem defendendo, vem alertando desde há muito tempo a esta parte. E eu pergunto se conhecem esta realidade, que é uma realidade que nos diz que nós somos uma das Autarquias mais endividadas do País e uma das Autarquias que mais tardiamente paga aos seus fornecedores? É ou não verdade, que nós somos um concelho, ou um dos concelhos, com uma das mais baixas taxas de cobertura da rede de água e de saneamento do País? É ou não verdade, que temos um concelho com um grave problema de ordenamento do território? É ou não verdade que temos uma Rede Viária que nos envergonha profundamente? Nós temos actualmente no nosso concelho troços de estradas que rivalizam com troços do Lisboa-Dakar. A Autarquia podia aproveitar a oportunidade para tentar sensibilizar a administração do Lisboa-Dakar, para procurar incluir nesta prova, nesta importante prova um Lisboa-OAZ-Dakar. Não somos só nós que dizemos isto e isto era uma mensagem que eu queria aqui deixar clara. São as estatísticas, é a comunicação social regional e nacional, são os Oliveirenses, são inclusive os Revisores Oficiais de Contas pagos pela Autarquia, que fazem esta radiografia do concelho. E a culpa disto é de quem? É habitual ouvirmos o PSD dizer que a culpa é do Governo, que a culpa é do Partido Socialista, que a culpa eventualmente até será dos Oliveirenses ou será talvez dos Políticos de Palmó e Meio que mesmo com a imaginação própria da idade, não conseguem ver este concelho maravilha que nos tentam vender. Claro que a culpa é única e exclusivamente do PSD. E porquê? Simplesmente porque não tem tido a capacidade para fazer melhor. Nós temos nesta Assembleia Presidentes de Junta de Freguesia, e claro que incluo aqui os Presidente de Junta do PSD, que seriam melhores Vereadores que alguns Vereadores actuais. Temos um Presidente de Câmara Municipal, que foi no passado um excelente Presidente de Junta e se calhar nunca devia ter deixado de ser Presidente de Junta. Temos um Executivo que vai ficar na história de Oliveira de Azemeis como um dos piores Executivos desde o 25 de Abril. Este Executivo pensa pequeno e quem pensa pequeno nunca consegue fazer grande. Ilustra esta mentalidade limitada as visitas do Executivo às freguesias para inaugurar obras, algumas das quais custaram menos do que os recursos humanos e materiais utilizados nessas visitas. E vou servir-me de um exemplo, que foi o exemplo das obras que foram visitadas aquando da comemoração dos duzentos e nove anos dos Município. Basicamente os vários carros da comitiva seguem do Pinheiro para Carregosa, aonde inauguram duas obras na Rua das Furnas e no Parque de Estacionamento do Marinheiro no valor total de € 633 (seiscentos e trinta e três euros); em Cesar, o caminho do Cruzeiro foi pavimentado por € 1.150 (mil cento e cinquenta euros) e foi feita uma outra obra por € 2.700 (dois mil e setecentos euros) e termina esta visita em Ossela com a inauguração duma obra que custou € 833 (oitocentos e trinta e três euros). Ora bem, independentemente da importância destas obras para os destinatários, eu pergunto se o Executivo não tem nada mais importante para fazer? E pergunto se este Executivo não tem problemas seríssimos, há décadas por resolver? Eu julgo que sim. Aproximamo-nos do período de férias e esta é uma boa oportunidade para convidarmos os Oliveirenses à reflexão sobre o estado de desgoverno do seu concelho. Não é, obviamente, minha intenção estragar-lhes as férias, mas julgo que está na altura de os Oliveirenses terem uma visão correcta sobre a

realidade do nosso concelho e acabar com a tentativa da miopia política que o PSD, lhes está a tentar impor. Vou terminar plagiando uma afirmação proferida pelo nosso presidente da Assembleia Municipal a propósito do Governo do Partido Socialista, na sua qualidade de comentador político, onde diz que “o poder começa a tremer e já vale tudo”. Eu concordo com ele quando reduz isto ao concelho de Oliveira de Azeméis, ou seja, o vale tudo sempre se aplicou na perfeição, o começa a tremer, infelizmente não, porque o Executivo PSD já não treme e há muito que já não mexe. Muito obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Nuno Pires, do PSD. =====

===== Boa tarde a todos. A minha intervenção prende-se com o facto de pelo segundo ano consecutivo se ter realizado a iniciativa “Políticos de Palmo e Meio”. Nos tempos de hoje, é perfeitamente normal perceber-se o alheamento dos jovens para a política. Tal facto, foi mesmo a intervenção de fundo do Senhor Presidente da República no discurso das Comemorações do 10 de Junho e do 25 de Abril. Penso que é importante, dou como exemplo a minha pessoa: se hoje me dedico e tenho interesse em ter participação mais activa na política, muito se deve a ter participado numa iniciativa semelhante desenvolvida há uns anos na Assembleia da República. Para terminar, deixo aqui novamente o repto que fiz ao Senhor Presidente da Câmara há sensivelmente um ano atrás, de modo a que possa ser realizado um projecto nos mesmos moldes que foi desenvolvido o projecto “Políticos de Palmo e Meio”, mas abrangendo o ensino secundário, porque acho que também teríamos algumas ideias que poderíamos também aplicar e recolher. Para terminar, gostaria apenas de dizer que estou satisfeito, porque o Senhor Eng.º Joaquim Jorge já deu vários exemplos daquilo que foi feito aqui pelos “Políticos de Palmo e Meio” e sugiro também que a Bancada Parlamentar do PSD e do PS recolha algumas informações e algumas posturas de comportamentos, de ideias, que são adoptadas e são postas em prática pelos jovens de Oliveira de Azeméis. Obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV. =====

===== Uma boa tarde a todos. Duas razões me trazem aqui: uma questão sobre o saneamento e uma segunda questão sobre o transporte de grande velocidade. O papel dos Eleitos e das Forças Políticas deste concelho para além de fiscalizar, deliberar e aprovar ou não a intervenção do Executivo nos vários domínios neste Município, é também da competência dos Eleitos e das Forças Políticas acompanhar, denunciar, alertar, intervir e se possível até solucionar os problemas que se nos deparam no dia-a-dia em conjunto com as populações. Vem isto a talhe de foice, sobre uma recente deslocação da CDU a duas freguesias, Cesar e Macieira de Sarnes, recentemente para constatar os na realidade, nua e crua, de alguns problemas que se verificam no concelho quanto ao saneamento e realidade em termos ambientais. Sei que o Senhor Presidente me vai responder “lá vem outra vez a Oposição bater neste problema”, que “já foram investidos milhares e milhares de euros durante todos estes anos na necessidade deste grande investimento, na rede de água e saneamento, que “só não vê quem não quer” e que “o grande problema do nosso concelho é no sul, que é um deserto e é complicado o investimento em relação a esta área”. A verdade Senhor Presidente, mesmo nas freguesias onde já se investiram e se continuam a investir, e bem, na rede de água e saneamento as pessoas continuam a ter perto das suas habitações fossas a céu aberto, colocando em perigo quem por lá passa; descargas ilegais com cisternas das Juntas de Freguesia para os rios, condutas para os

cursos dos rios, cheiros nauseabundos que colocam em causa a qualidade de vida das populações. Alguns moradores, preocupados com esta situação, estão a pensar intervir de outras formas, com o objectivo de alertar a Câmara e as Juntas de Freguesia para solucionar este problema e pediram-nos para que neste Órgão, a todos Eleitos, colocasse-nos esta situação para que a Câmara tomasse as medidas necessárias, dentro das suas possibilidades, no sentido de solucionar este problema. Penso que é este o nosso papel e o papel dos Eleitos em relação a esta situação. Quanto ao TGV, o PCP sempre considerou o transporte ferroviário como um meio ambientalmente privilegiado e seguro de circulação de pessoas e mercadorias, fundamental e decisivo para o desenvolvimento regional. O comboio de alta velocidade, o futuro TGV, é considerado como um desenvolvimento de transporte ferroviário importante no que respeita ao transporte internacional. O PCP pensa que, quando esta situação está em debate, aliás já em vários concelhos do País e alguns aqui do concelho do distrito, considera que esta opção não pode desenvolver-se à custa do transporte ferroviário convencional, da liquidação da Linha do Vale do Vouga e que ao contrário deve articular-se e completar-se com ele. Todos sabemos que o comboio de alta velocidade vai, sem sombra de dúvidas, trazer benefícios para uns, mas também para as populações com alterações sobre os terrenos, loteamentos já considerados, habitações, destruição de árvores maciças em qualquer área, destruição do solo e de estações existentes, etc.. Cabe ao Autarcas e às populações exigirem que os prejuízos terão que ser devidamente compensados, negócios transparentes, de forma a que os proprietários, as populações, as freguesias e o Município não fiquem a perder. Por outro lado, pensamos que é fundamentais as populações, que vão ser atingidas por este projecto, concretamente as das freguesias de Loureiro e S. Martinho da Gândara, sejam devidamente esclarecidas quanto a este processo. É imprescindível o envolvimento do Executivo Municipal e das freguesias envolvidas, no acompanhamento de informação, debate, com as populações para que elas não se virem contra os Autarcas. Neste quadro, o PCP apresenta à Mesa uma moção, para que ela seja lida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e seja colocada à aprovação dos Eleitos desta Assembleia Municipal. Tenho dito. =====

===== Pelo Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV, foi apresentada a seguinte proposta de moção: “A decisão de construção de linhas ferroviárias de alta velocidade para que o T.G.V. circule em Portugal foi tomada sem que se garanta uma audição pública das populações, informando-as e tornando-as parte do processo de decisão, como se impõe. Uma obra desta dimensão implica que todos sejam devidamente auscultados e que sejam garantidos os direitos das centenas de moradores, proprietários, populações que são afectados face às consequências que este processo poderá atingir. Como já é do conhecimento público, também o T.G.V. passará por zonas do nosso Município, mais concretamente, pelas freguesias de Loureiro e São Martinho da Gândara, existindo já em estudo dois trajectos que afectará estas freguesias e que vão ser objecto de estudo de impacte ambiental já no próximo mês. As populações estão completamente à margem de todo este processo e desconhecem por completo os trajectos,, o número de casas e terrenos que serão afectados, o impacto real na sua qualidade de vida ao mesmo tempo que o desinvestimento no caminho-de-ferro convencional vai deixando as populações sem qualquer alternativa de transporte viável. Nessa medida, importa pois, um amplo debate e informação, envolvendo as entidades competentes, RAVE, Executivo Municipal, Freguesias e as populações. Assim, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis reunida em 27 de Junho de 2008 delibera: - Manifestar o seu protesto face ao desenvolvimento do processo à margem das populações; - Exigir a realização de um debate sobre os benefícios e prejuízos causados às populações com a construção da linha ferroviária de alta velocidade com a presença das entidades promotoras do projecto e do Executivo Municipal; - Exigir a informação

e audição em tempo útil das populações directamente afectadas como parte fundamental em prioritária deste projecto; - Exigir as compensações justas e adequadas que considerem os prejuízos das populações e lhes garantam uma qualidade de vida com dignidade e direitos, a serem atribuídas desde já, assim sejam provados os prejuízos decorrentes do estatuto de excepção existente; - Exigir garantias da parte do Governo de investimentos na Linha do Vale do Vouga, que anulem os impactos que a passagem do T.G.V. terá; - Proclamar o direito ao caminho-de-ferro convencional, como o factor fundamental e decisivo do desenvolvimento regional.” =====

===== *Para dar resposta às intervenções anteriores o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que disse:* =====

===== *Não vou ocupar muito tempo com a minha intervenção e vou começar por responder ao Dr. Jorge Melo. É habitual, e faz parte do nosso plano de acção, realizar eventos para idosos e para crianças. Estes três eventos que fizemos foram de boa qualidade, com grande adesão, sendo um exemplo concreto daquilo que habitualmente fazemos. Relativamente à intervenção do Eng.º Joaquim Jorge, claro que não lhe vou responder nada relativamente a várias questões, a primeira questão sobre a intervenção do Dr. Isidro e depois sobre o meu caso, quando fui julgado. Sobre a obra eu já tenho que dizer alguma coisa, mas o Senhor é muito novo para me dar lições relativamente a exercer a função de Autarca. O Senhor falou, e bem, que fui muitos anos Presidente de Junta de Freguesia e que fiz bastante obra e que depois vim concorrer à Câmara Municipal e ganhei sempre na Lista onde fui e ganhei sempre com maioria absoluta. O Senhor tem que ter é respeito pelos Eleitores, respeito pela vontade das pessoas, e não sei se alguns do Partido Socialista não votaram em mim ou se votaram no CDS, o que sei é que sou com todo o direito o Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis. Quero também lhe dizer que relativamente à obra o Senhor não a conhece bem, e eu tenho verificado que o Partido Socialista tem visitado algumas obras, outras não são obras, são necessidades de obras, mas é impossível num Município, toda a gente deve compreender, desta dimensão, com esta população, que não tenha necessidade de fazer obras sejam elas quais for. Vamos a uma cidade qualquer e encontramos sempre onde trabalhar e onde ganhar dinheiro, porque não está tudo feito. E nós também sabemos que não está tudo feito, que há um problema de saneamento e de água, mas tem muito mais cobertura do que o Senhor diz. Nós temos um levantamento perfeito daquilo que o Senhor diz que falta fazer e nós, cumprindo o objectivo do QREN, vamos resolver o problema do saneamento e da água, com 95% de cobertura de água e com 90% de cobertura de saneamento. É melhor nós aguardarmos, porque o III Quadro, o QREN, ainda não entrou em marcha em termos de saneamento e vamos com certeza fazer as nossas candidaturas e vamos fazer a obra. Relativamente ao Nuno Pires, quando fala sobre a Assembleia dos “Políticos de Palmo e Meio” e agora quer já de um “Palmo”, nós somos abertos e receptivos e se os professores e os conselhos directivos nos propuserem isto, de certeza absoluta que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal aceita e a Câmara Municipal também aceita. ==*

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito:* =====

===== *Vamos então iniciar o segundo ciclo de intervenções, dando nota do seguinte: o PSD dos trinta e dois minutos que tem gastou cinco minutos, portanto tem vinte e sete minutos e o Partido Socialista dos vinte e dois minutos que tem gastou doze, portanto tem neste momento dez minutos disponíveis e o PCP já não tem tempo disponível.* =====

===== *Retomando o uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Dr. Vieira Dias, do CDS/PP. =====*

===== *Hoje, e também ontem, quando passei por S. Roque, olhei um autocarro a cruzar comigo, a dizer TUS e não é admissível que faça circular uma camioneta dos transportes urbanos de S. João da Madeira por terra de S. Roque. É um pouco de dignidade que exigimos, já bastam de abusos, é altura de se bater o pé e de se pensar até que o concelho deve alargar a área de influência do TUAZ, para que o concelho seja servido, até para que o povo de Oliveira de Azeméis, e aquele que nos visite, possa encarar com mais optimismo a carestia de vida provocada pela subida internacional do petróleo. Isso mesmo, me serve de pensamento, quando várias vezes aqui levantei o problema da Linha do Vale do Vouga, que devia ser liberta de passagens de nível; da Linha do Vale do Vouga que, por outro lado, devia ser tornada funcional, não como metro de superfície, porque os metros são muito mais caros, mas por uma linha plurifuncional, que servisse para ligar não só o transporte de alta velocidade, mas sobretudo tornasse a carteira de cada Oliveirense mais prática para a resolução do problema de transportes. São esses assuntos que me propus trazer até vós, contudo estaria em falta para convosco se não agradecesse o facto de na última Assembleia, em que não estivesse presente por razões pessoais e familiares, me terem escolhido para fazer parte da Comissão de Toponímia. Fá-lo-ei com todo o prazer, a todos vós o meu muito obrigado, mas antes que continue creio que há pontos quentes entre as freguesias de Fajões e de Cesar. Podem não gostar de mim, mas eu sou directo. A rua não pode ter o nome só de uma freguesia, era altura de que essa rua, ou ruas que são comuns às duas freguesias tivessem o nome de alguém da história de Portugal, da história do concelho ou até da história dos Santos que tantos temos no nosso País. É este o desafio que queria deixar. Por outro lado, nem tudo são mágoas, acerca de uma semana um desaire, mas há seis dias um grande feito. Tive o prazer de comungar a subida, não tive a possibilidade de estar convosco, muitos lá estiveram mas todos estiveram no coração, pelo facto da subida da União Desportiva Oliveirense e pelo facto de ter conquistado o título nacional, cinquenta anos depois, ao ter vencido o Seixal. E mais ainda, sessenta e três anos depois de ter ganho ao Oriental, em Tomar, quando subiu em 1945/46 para disputar o Campeonato Nacional da I Divisão. São factos que nos dignificam, que nos fazem meditar, que devem ser um ponto de união, união de todos que têm um pensamento diferente, porque todos temos de olhos nos olhos e pensar que através do desporto podemos começar a ser cooperantes, mais cooperantes do que temos sido até agora. E já agora vem à baila o buraco financeiro, sendo assim falado, da União Desportiva Oliveirense, no que respeita à secção de hóquei em patins e ao seu pavilhão. Não vou pedir à Câmara que desembolse, já muito tem desembolsado e há necessidades muito mais prementes, mas vou pedir a todos e à comunicação social que lance daqui o alerta, que digam aos Oliveirenses se sabem se a terra se ergue por si, e isto tem de ser mais um ponto de união, porque nós se estivermos à espera do que vem de cima, são umas poucas moedas negras, pretas, que até agora não têm sido usadas. Senhor Presidente, muito obrigado. =====*

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Eng.º Filipe Carvalho, do PSD. =====*

===== *Boa tarde a todos. Oliveira de Azeméis tem coisas boas para quem quer ver, repito para quem quer ver. Exemplos disso são as actividades de dinamização do Centro de Oliveira de Azeméis e do Comércio Tradicional promovidas pela UAC. Todas as iniciativas, sejam elas de carácter social, desportivo ou cultural, são bem-vindas a Oliveira de Azeméis, e devem ser devidamente enaltecidas. A UAC e a Câmara Municipal, têm promovido iniciativas de*

forma a tentar dinamizar o Comércio Tradicional, apesar de todas as dificuldades financeiras que as pessoas têm nos dias de hoje. É verdade que nem todas as pessoas podem participar nessas actividades e conseqüentemente fazer algumas compras, mas fica a intenção destas Instituições. Penso que os comerciantes, apesar das dificuldades, deveriam aproveitar mais estas iniciativas para se promoverem, tal como aconteceu na semana passada, aquando dos jogos de Portugal no Euro 2008, em que houve, por exemplo, um desfile de lingerie e praia, Karaoke, bem como a recente apresentação do site na Internet da UAC, que tem como objectivo a divulgação do nosso comércio, através das novas tecnologias de informação. Posso-vos dizer que já visitei o site, e acho que está muito bem concebido, pelo que aconselho a sua visita. Estou certo que todo o esforço da Câmara Municipal e da UAC vai dar frutos a curto/ médio prazo, pois, tal como tudo na vida, dá fruto mesmo que seja tarde, e nenhum esforço será em vão. Como Oliveirense, espero que a dedicação demonstrada para que Oliveira de Azeméis seja cada vez mais uma Cidade agradável continue, pois é isso que todos nós esperamos da Câmara Municipal e da UAC. Parabéns a ambas pelo trabalho desenvolvido. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Dra. Helena Terra, do PS. =====

===== Oliveira de Azeméis é um concelho com grande, forte, dinâmico e empreendedor tecido industrial. São inúmeras as empresas existentes no nosso concelho. Destas, algumas contam-se no número das duzentas maiores e um número ainda mais elevado no rol das mil maiores do nosso País. Eis um enorme motivo de orgulho para todos nós Oliveirenses. É unanimemente aceite e inegável que são as nossas empresas o grande motor de desenvolvimento e o pilar fundamental da sustentação económico-social do nosso concelho. Em 21 de Novembro de 2007 foi-nos apresentada uma proposta estratégica do desenvolvimento económico do nosso Município, da autoria da Universidade de Aveiro. Esta proposta de desenvolvimento, desenvolve-se tendo em vista dois objectivos fundamentais: qualificação e reforço da competitividade de base económica e perspectivar a indústria como motor de desenvolvimento no quadro desta sub-região. Do ponto de vista da decisão política, não podíamos estar mais de acordo com os objectivos traçados por este estudo, pois é da decisão política que aqui vamos falar agora. Ao Poder Público Municipal cabe promover as condições indispensáveis para que estes objectivos se cumpram e tal não acontece por via da proclamação, só por via da acção concreta e objectiva, algo que tem andado arredado dos vários Executivos Municipais, todos do PSD, que uns aos outros se têm sucedido. O estudo aqui referido faz a análise do nosso tecido económico, faz o diagnóstico das vantagens e constrangimentos e formula propostas transversais e sectoriais muito concretas. Vamos às propostas transversais, aquelas que são indispensáveis a todos os sectores de actividade industrial do nosso concelho. As apontadas são: educação e formação, numa vertente; e a criação de espaços de localização industrial, na outra. Hoje, e porque o tempo é escasso, vou deter-me apenas nestes últimos, a que vulgarmente chamamos Zonas Industriais. O Poder Público tem que ser o motor e não a entropia. Cabe pois ao Poder Municipal ser o primeiro a incentivar a criação de riqueza no nosso concelho. A riqueza gera emprego e promoção social, paga impostos directos e por via disso aumenta a liquidez do Município e mais ainda agita e desenvolve todas as outras actividades económicas, numa relação de verdadeira interdependência, ou seja, palavras ditas, ganhamos todos. Do Poder Executivo Municipal espera-se hoje por aquilo que há muito já devíamos ter comemorado, a criação de verdadeiras Zonas Industriais. Zonas Industriais, que no século XXI ainda não temos, até hoje a opção dos sucessivos Executivos Municipais do PSD foi a de ir classificando como industriais espaços que foram sendo alvo de ocupação industrial, sem

qualquer tipo de planeamento, estrutura ou infra-estrutura. A alternativa a isto nunca foi dada pelo Município aos nossos industriais, a estes restava isto ou irem daqui para fora. Mas eles resistiram e o orgulho Oliveirense fê-los permanecer contra muitos, apesar de tudo, mas sempre a favor de todos nós. O tempo foi passando e três Quadros Comunitários de Apoio depois, já lá vão, passaram por nós Oliveirenses sem que quem tinha a responsabilidade de o fazer os soubesse aproveitar. É óbvio, os Executivos do PSD, os mesmos que hoje vêm no QREN aquilo que ele não tem, não sabem muito bem o quê, mas que entretanto o vão apregoando como o grande remédio para todos os males e a grande desculpa de futura para todas as incapacidades do passado e do presente. Aproveitemos o QREN para aquilo que ele de facto serve, a qualificação e a aposta na formação das pessoas, mas não o proclamemos como uma completa miragem. Para criar verdadeiras Zonas Industriais, são necessários meios financeiros de algum relevo. Como sabemos o nosso Município encontra-se em situação financeira estrutural grave, a tal ponto que está em causa a nossa capacidade de pagar contas, quanto mais a nossa capacidade de fazer investimentos. Todavia, não podemos continuar a resignar-nos e a assistir impávidos e serenos ao definhir do nosso concelho. Hoje a solução que há muito tarda, tem que contar com a capacidade de a locação pelo nosso Município, de meios de que ele não dispõe. Temos que encontrar parceiros e promover a partilha de sinergias dos vários agentes com interesse directo na construção de Zonas Industriais, falo nos empresários, nas associações empresariais, nos proprietários e nos promotores imobiliários. Mas note-se bem, que referi a locar meios por esta via, não entregar a gestão e a ocupação do nosso território a um qualquer interesse particular, sem que o Município aligeire as suas responsabilidades. Esta é uma proposta, uma proposta muito concreta que aqui deixamos, não como uma declaração de intenções, como uma opção que tomaríamos se fôssemos governo do Município, a opção que tomaremos se formos governo no nosso concelho. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José Maria de Pinho Silva, do PSD, que interveio da seguinte forma: =====

===== Como Membro desta Assembleia Municipal, e como natural e residente na freguesia de Pindelo, decidi vir hoje aqui fazer esta intervenção sobre um tema que está a preocupar o nosso Executivo e muito em particular os habitantes de Pindelo. Trata-se da construção, mais concretamente da intenção da Brisa em alterar o traçado da A32. Esta preocupação ficou bem patente, na última Assembleia de Freguesia, à qual acorreu um elevado número de Pindelenses, tendo demonstrado a sua revolta e indignação com as pretensões da Brisa. E que não é agradável, nem sequer parece muito ético que a Brisa, quando já existe um traçado aprovado, venha agora depois de ter ganho a concessão desta importante obra, tentar alterar as regras do jogo, claramente procurando uma solução economicista. A pergunta que coloco é a seguinte: é lícito que para ganhar a concessão de uma obra se concorra com determinadas regras, neste caso com determinados traçados previstos, e depois de se ganhar a concessão se procure outras alternativas que não estavam previstas nos cenários iniciais? Será que os outros consórcios concorrentes à obra iriam usufruir igualmente desta possibilidade? Pode-se afirmar que se trata apenas de um estudo, que não é definitivo, que nada será aprovado sem prévia discussão pública, mas a verdade é que todos nós conhecemos o velho ditado “não há fumo sem fogo”. Ditado que se aplica a este caso na perfeição. Mas já agora queria deixar o meu contributo para esse estudo. É que o traçado alternativo que agora a Brisa estuda, divide liminarmente a freguesia a meio, e aqui não podia deixar de repudiar as afirmações de um Administrador da “Estradas de Portugal”, que demonstram um desconhecimento total da freguesia, o que se toma ainda mais grave se levarmos em linha de conta de que se trata de uma personalidade natural de Oliveira de Azeméis. Tanto mais que ao admitir que o traçado

proposto pela Brisa, é uma boa alternativa o referido Administrador da Estradas de Portugal, está a chamar incompetentes aos Técnicos, da entidade que lidera. Mas há mais consequências: vai destruir habitações, e estrangular por completo o crescimento tanto a nível habitacional como industrial de Pindelo, uma vez que para quem conhece Pindelo, é fácil perceber que o corredor alternativo que está a ser estudado diz respeito a uma grande área passível e com fortes possibilidades de crescimento populacional e industrial. Para já não falar no impacto ambiental negativo que a proposta apresenta nomeadamente no que ao aumento do nível de sonoridade diz respeito. Espero que a Brisa tenha em conta estas consequências ao apresentar as conclusões do estudo. Este tema é demasiado importante, e os habitantes de Pindelo, só querem que aquilo que está aprovado se mantenha. E neste sentido queria deixar aqui um apelo, a que não se tente fazer aproveitamento político sobre esta matéria. O que está hoje em causa é a escolha entre um traçado que está aprovado e sobre o qual Pindelo está de acordo, e um traçado alternativo que divide a freguesia a meio. Já não é a escolha entre o então chamado traçado A e o traçado B+B 1. Não se pode dizer que o traçado A, é semelhante a este que está em estudo, pois há uma diferença muito grande. É que o traçado A não partia completamente a freguesia a meio. Eu estou à vontade para dizer isto pois sempre defendi o traçado B+B 1, que é o aprovado. Quero deixar isso bem claro, ou seja a escolha é clara entre um traçado que beneficia o concelho, e que está aprovado, e um traçado que prejudica o concelho, e que nesse sentido tem a nossa firme oposição, bem como da Câmara Municipal. E mais uma vez repito com todo o respeito. Penso que era importante que o Partido Socialista, não andasse a tentar desviar as atenções em relação ao estudo concreto, pois este estudo é que é o facto relevante. E era importante que o PS agora e de forma bastante clara repudiasse e dissesse já claramente que está contra a alternativa em que o estudo se baseia. Este é o problema actual. O que está em causa é este estudo e aos Pindelenses interessa que todas as forças políticas se expressem muito claramente sobre se estão contra o possível traçado que a Brisa parece querer levar a cabo. O PSD está contra. E agora vou entregar na mesa, uma moção em nome do Grupo Parlamentar do PSD, que espero seja aprovada. Para já não falar no impacto ambiental negativo que a proposta apresenta nomeadamente no que ao aumento do nível de sonoridade diz respeito. Espero que a Brisa tenha em conta estas consequências ao apresentar as conclusões do estudo. Este tema é demasiado importante, e os habitantes de Pindelo, só querem que aquilo que está aprovado se mantenha. E neste sentido queria deixar aqui um apelo, a que não se tente fazer aproveitamento político sobre esta matéria. O que está hoje em causa é a escolha entre um traçado que está aprovado e sobre o qual Pindelo está de acordo, e um traçado alternativo que divide a freguesia a meio. Já não é a escolha entre o então chamado traçado A e o traçado B+B1. Não se pode dizer que o traçado A, é semelhante a este que está em estudo, pois há uma diferença muito grande. É que o traçado A não partia completamente a freguesia a meio. Eu estou à vontade para dizer isto pois sempre defendi o traçado B+B1, que é o aprovado. Quero deixar isso bem claro, ou seja a escolha é clara entre um traçado que beneficia o concelho, e que está aprovado, e um traçado que prejudica o concelho, e que nesse sentido tem a nossa firme oposição, bem como da Câmara Municipal. E mais uma vez repito com todo o respeito. Penso que era importante que o Partido Socialista, não andasse a tentar desviar as atenções em relação ao estudo concreto, pois este estudo é que é o facto relevante. E era importante que o PS agora e de forma bastante clara repudiasse e dissesse já claramente que está contra a alternativa em que o estudo se baseia. Este é o problema actual. O que está em causa é este estudo e aos Pindelenses interessa que todas as forças políticas se expressem muito claramente sobre se estão contra o possível traçado que a Brisa parece querer levar a cabo. O PSD está contra. E agora vou entregar à Mesa, uma moção em nome do Grupo Parlamentar do PSD, que espero seja aprovada pela Assembleia Municipal. =====

=====
 ===== *Pela Bancada do PSD, foi apresentada a seguinte proposta de moção: “No seguimento das diligências da Brisa, enquanto concessionária da construção da A32 Norte, com vista à alteração do traçado aprovado pelo Instituto do Ambiente e pelo Governo, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, rejeita qualquer proposta de alteração porque a mesma se baseia em razões meramente economicistas e prejudica a expansão urbana da freguesia de Pindelo, compromete a Zona Industrial de Nogueira do Cravo/ Pindelo, provoca a demolição de várias construções e coloca em causa anos de estudos e articulação entre as Autarquias e as Estradas de Portugal para a definição das melhores soluções”.* =====

=====
 ===== *Para dar resposta às intervenções anteriores o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.*

=====
 ===== *Queria pedir desculpa ao Óscar Oliveira, que eu há bocado avancei sem falar relativamente à sua intervenção. A sua intervenção era referente ao problema do saneamento, que é um problema grave e estamos conscientes disso. Nós temos tudo preparado com a SIMRIA, falta um último acordo para sermos parceiros e começar a construir o emissário e as redes de saneamento. Relativamente à intervenção do Senhor Dr. Vieira Dias, sobre o transporte, atenção que nós temos o nosso alargamento do TUAZ, não pode ser feito com tanta facilidade porque tem que andar dentro dos nossos limites. Podemos saber quem é o transportador de S. João da Madeira e ver se conseguimos fazer alguma coisa. Relativamente à Linha do Vouga, o que está previsto até Oliveira de Azeméis mantém-se. Tivemos uma reunião com a REFER esta semana, porque vamos fazer o viaduto do troço 07 e eles estiveram presentes no local onde está aprovado o projecto, vai arrancar o troço 07 que vai ligar à Abelheira e inclusive assinamos um protocolo com eles, porque eles participam também até aí, ou seja, a passagem inferior. Relativamente à intervenção do Filipe Carvalho, a UAC, todos nós sabemos o trabalho que tem sido desenvolvido pelo Município, principalmente pela Dra. Madalena que tem se interessado muito e tem sido o motor, juntamente com algum pessoal da Câmara, destas iniciativas realizadas em prol do comércio. Relativamente à intervenção da Senhora Dra. Helena Terra, a nossa preocupação e o Município não tem estado parado, hoje os Municípios têm de ser muito mais activos, têm que estar muito mais atentos ao problema da indústria e não deixar só com os empresários, tudo entregue aos empresários. Nós já demos dois sinais bastante visíveis, que neste momento são um sucesso, e que queremos que continue a ser um sucesso para o Entre o Douro e Vouga, que é a Escola Superior Aveiro Norte, em que estamos a preparar uma candidatura para se começar a construir de raiz, na Quinta do Comandante, foi a quinta que a Câmara Municipal comprou para instalar lá o parque e sabemos também que os cursos tecnológicos, que têm sido também um sucesso. Relativamente a parceiros, tranquilizo a Dra. porque nós já temos três parceiros para áreas industriais. Não são de cá, são de fora, mas que vieram procurar e estão disponíveis para conosco fazer parcerias e as Zonas Industriais avançarem. Relativamente à intervenção do José Maria, eu hoje precisamente tive uma reunião com os Técnicos da Brisa e de outras empresas que estão a trabalhar no projecto. Claro que manifestei o meu desagrado quanto à falta de conhecimento, porque nós não ainda não tínhamos conhecimento oficial da alteração que eles andam a fazer, das propostas que eles vão fazer, mas quero já aqui deixar bem claro que as propostas são legais, porque há uma cláusula no contrato de concessão que permite algumas alterações, desde que essas alterações tenham ou produzam bastantes ganhos de produtividade e de economia, porque os ganhos de produtividade e economia depois serão divididos por duas partes uma parte para o Governo e a outra parte para o concessionário. Eu procurei sensibilizá-los para o problema de Pindelo, eles vão estudar, vão apresentar outras propostas. Podemos estar um*

bocado mais descansados, porque eles também têm de fazer estudos de impacto ambiental e o estudo de impacto ambiental tem de ser aprovado também. Portanto, isto ainda vai evoluir muito, nós temos agora algumas propostas e temos de reunir com a Juntas de Freguesia e mostrar-lhes o que eles nos deixaram e podemos até ver também a imagem de uma das propostas deles, mas face àquilo que se passou eles vão continuar a ver se estudam outras alternativas, sempre na perspectiva de que seja mais económico e que responda às exigências que hoje têm em termos ambientais, inclusive com a possibilidade do seguimento da amarração com a estrada 327, que também vai ser uma realidade. Eles já estão também a estudar o sítio onde vão fazer a amarração dessa estrada, que é também importante para nós. Eu manifestei-lhes o meu desagrado, devido ao Municípios não terem conhecimento disto antecipadamente, porque estamos a fazer uma revisão do PDM, tínhamos que saber estas medidas, conhecer as propostas deles, estudar as propostas deles, porque o PDM está em andamento, a revisão do PDM está em andamento. Eles manifestaram-se colaborantes, brevemente vão apresentar mais um estudo e quando o estudo estiver apresentado eles virão à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e às outras Câmaras para apresentarem esse estudo. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José Francisco Oliveira, do PSD. =====

===== Muito boa tarde a todos. Foi com grande satisfação e entusiasmo que presenciei as comemorações do 24.º aniversário da elevação a cidade de Oliveira de Azeméis. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, apesar das dificuldades e das conhecidas restrições financeiras, não deixou passar ao lado esta data tão importante para os Oliveirenses. Foram inauguradas várias obras de grande importância para o concelho, sempre com espírito de melhoria da qualidade de vida dos Oliveirenses. Como Oliveirense, é com natural satisfação que verifico que a primeira fase do troço 07 já se encontra pronta, cujo custo foi de € 273.000,00 (duzentos e setenta e três mil euros) sendo que o valor total deste importante troço, que inclui uma obra de arte, rondará os € 600.000,00 (seiscentos mil euros). Foi mostrado também mais investimento, desta vez nas infra-estruturas da água. Foram remodelados os reservatórios da água de Oliveira de Azeméis, Lações e Margonça, um investimento financeiro bastante considerável cerca de € 314.000,00 (trezentos e catorze mil euros). Mas mais obra foi feita! A Câmara Municipal equipou o lugar de Vila Cova com redes de distribuição da água, saneamento e procedeu à pavimentação das vias de comunicação, no valor de € 313.000,00 (trezentos e treze mil euros). Visitamos a Ludoteca, obra que ascende a mais de € 800.000,00 (oitocentos mil euros). O dia 16 de Maio de 2008 foi gratificante para os Oliveirenses, pelas obras apresentadas e aqui referidas, que totalizam um investimento no valor de € 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil euros), repito € 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil euros). Mas há mais, no passado dia 28 de Maio, a Câmara Municipal apresentou inúmeras obras feitas pelas freguesias de Travanca, Ossela, S. Roque e Cucujães, de abastecimento de água, pavimentação das vias de comunicação e ainda mostrou a excelente recuperação de uma casa ao abrigo do programa SOLARH. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis totalizou um investimento superior a € 170.000,00 (cento e setenta mil euros). Como podemos concluir, apesar de todo o ruído que a Oposição vai fazendo, o Executivo continua no bom caminho, continua no caminho certo. Estamos sensivelmente a meio do corrente ano Senhor Presidente, e em nome da Bancada do PSD, peço que nos informe do estado de execução das obras, designadamente: o Troço 07, o Arquivo Municipal, Piscinas e o Parque da Cidade. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal ausentou-se. =====

===== Seguidamente, a Prof.^a Isabel Vilhena, Primeira Secretária da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Arqt.^o Jorge Rosa, do PSD. =====

===== Muito boa tarde a todos. A minha intervenção vem também ao encontro da intervenção do Dr. Vieira Dias, no que diz respeito ao trabalho que também pude ajudar a fazer na Comissão de Toponímia, mas não é o meu trabalho que é importante, é sim o trabalho de toda a gente que interveio na execução de todos os documentos e, também, parabéns à Câmara Municipal por disponibilizar para todos os jovens, para todos os Oliveirenses e para todos aqueles que queriam aprender um bocadinho mais sobre a nossa história e os nossos lugares, um excelente documento onde está registado um breve resumo de todos os topónimos que foram alvo do trabalho dessa Comissão de Toponímia. Mas não podia sair daqui sem dizer e chamar a atenção para o seguinte: eu gostava que num futuro próximo e na próxima etapa da nossa história, ao passar pela Rua do Senhor da Ponte, que muito bem tem o topónimo dado por Macinhata da Seixa e por Travanca, julgo que não estou a dizer nenhuma asneira, eu gostaria que essa Rua do Senhor da Ponte não viesse a ser a rua da nossa ETAR Sul. Chamava a atenção para que o nosso património histórico, social e arquitectónico fosse também respeitado, além de respeitadas as necessidades da nossa comunidade, também esses bocadinhos de história que ainda podemos valorizar, viessem ao de cima e não fossem perdidos. Uma chamada de atenção, não é para a Câmara, não é para ninguém em particular, não é sequer para o proprietário dessa propriedade, mas é uma chamada de atenção para a comunidade Oliveirense. Corremos o risco de daqui a algum tempo não podermos falar na Quinta do Alméu como Quinta do Alméu, ela está em avançado grau, na minha opinião, de abandono. É necessário alguém, todos, eu no que puder ajudar estou disponível, fazer algo pelo nosso património, por esse património em particular, mas por todo o património Oliveirense. Tenho dito, obrigado. =====

===== A Prof.^a Isabel Vilhena, Primeira Secretária da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor José António de Pinho Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo. =====

===== Boa tarde a todos. O que me traz também aqui, não poderia deixar de ser, é o novo estudo da A32. Senhor Presidente: a minha intervenção é relacionada com a A32 e toda a polémica que daí resulta. Havendo um traçado aprovado que foi objecto de várias discussões, quer públicas quer a nível de concelhos vizinhos, várias exposições foram enviadas às entidades competentes até se chegar à conclusão que seria mais viável o traçado B+B1. Sendo, de facto, o que melhor serve as populações e de menor impacto ambiental, foi aprovado, vindo ao encontro do que se pretendia, nada mais havia para se dizer, embora a Câmara Municipal pretendesse a opção A, por razões já claramente justificadas, ora isso é passado. Senhor Presidente, a Junta de Freguesia de Pindelo e outras, defendíamos e defendemos a opção B+B1, compreendendo a posição da Câmara Municipal, no passado, na defesa da opção A, pelos projectos que tinha para a cidade de Oliveira de Azeméis. Foi aprovado o traçado B, com o qual a Câmara Municipal presentemente se identifica e que muito nos satisfaz. Não consigo perceber as insinuações que tem vindo na comunicação social referentes à Câmara Municipal, por parte do PS. Sendo a obra adjudicada e com alguma celeridade à concessionária Auto-Estradas Douro Litoral, liderada pela Brisa por muitos milhões de euros, no final de 2007, que de imediato entrou nos cofres do estado, que só podia ser para combater tal défice orçamental, que muito tem preocupado este Governo. Agora verifica-se que toda esta pressa e estes milhões traziam algo de sinistro, porque nos primeiros meses deste ano houveram algumas movimentações muitas perguntas pela população e respostas mal respondidas, na parte poente da freguesia.

Perante tal aparato, houveram pessoas que me ligavam e questionavam se iria passar alguma estrada naquela zona, ao qual respondia que não, iria sim passar uma que se encontrava já aprovada, mas do lado Nascente. Em meados de Maio, qual não foi o meu espanto, ao ser abordado por quatro Técnicos da empresa LANDECOVA, que efectua os estudos para a Brisa, com mapas perfeitamente traçados e que andavam a fazer um estudo para a alternativa ao troço já aprovado e adjudicado, não queria acreditar, mas de imediato percebi que havia má fé de quem deu tantos milhões, agora tenta economizar, sem se importar com todas as implicações daí resultantes. Telefonei à Técnica da Câmara Municipal que me disse não ter conhecimento, ficando surpreendida e opinou que seria ilegal. Mas com o decorrer da situação, verifica-se que neste país, actualmente é tudo legal, de mentiras diz-se que são verdades, lançam obras que não avançam, dão início a reformas que não reformam nada, depois é o jamais que já não o é e uma série de trapalhadas, que ninguém entende e tudo isto sai dos actuais governantes, que ainda não satisfeitos tomam decisões, que eu tenho dúvidas se os mais descarados ministros do tempo de Salazar, teriam coragem de o fazer. Para além disto, temos alguns políticos da nossa praça, afectos a este Governo que querem fazer exactamente o mesmo, vêem coisas que não existem, utilizam a comunicação social para fazerem observações que nada tem a ver com a realidade, que a alternativa ao traçado não divide Pindelo e outras mais. O mal dizer é de tal ordem que chegam à provocação pessoal e para eles nada está bem feito. Só o PS não comete erros pelo andar da carruagem não os irão cometer tão cedo, porque não lê assim que conseguem o apoio popular para alcançar os anseios de há muitos anos. Senhor Presidente, em nome da população de Pindelo, deixo os meus agradecimentos pelo apoio dado, e que possa dar, no sentido de poder contrariar este estudo pretendido, porque no caso de ser aprovado é só para poupar alguns dos ditos milhões que tão superfluamente foram esbanjados e sabemos porque razão. Seria de facto muito grave, pois esse novo traçado implicará o corte rigorosamente a meio da freguesia de Pindelo, com demolição de um pavilhão industrial e algumas habitações e o corte na zona habitacional e industrial, criará um profundíssimo impacto social e económico na vida e no bem-estar da nossa população. =====

===== Entrou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ápio Assunção, Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Bom, relativamente à intervenção do José Oliveira, que falou das comemorações do dia da cidade, é verdade que nós fomos inaugurar uma parte do troço 07, que é da Abelheira ao troço 06 e que faz ligação depois ao troço 04, ou seja, ficam fechados vários troços, os vários que fizemos, desde o que passa em frente ao Carpan e que vai ligar hoje à Abelheira. O troço 07, o resto, vai também ser terminado, tem um prazo até final de Setembro, que atrasou por causa da PI, que hoje já estiveram cá e vamos retomar a empreitada. Quanto à Praça da Cidade, eu queria aproveitar hoje, neste preciso momento, e convidar toda a Assembleia para visitar o Café Concerto que está terminado, não tem ainda mobília, mas isso compete ao concessionário e podiam aproveitar para ver a obra, sem mobiliário, mas ver a obra que está totalmente terminada. Noutra ocasião podemos ir ver também o Arquivo, que está praticamente terminado. As Piscinas, estamos a preparar o lançamento do concurso para a zona envolvente. O troço 03, aquele que nasce na EN1 e vai até à rotunda do troço 04, d aquele que sobe a parte do cemitério, também vamos acabá-lo dentro do III Quadro comunitário, que também temos tempo e vamos fechá-lo em Setembro. Em Setembro é mesmo o fecho de todas as empreitadas do

III Quadro, porque temos que apresentar todos os documentos, pagamentos e inclusive relatórios e recepção das obras. Relativamente à intervenção do Senhor Arqt.º Jorge Rosa, quero-lhe dizer que nós vamos ter o máximo de cuidado, mas ainda não está bem definida o local da ETAR, embora existam já estudos feitos pela SIMRIA, mas ainda não está definido exactamente o sítio da ETAR Sul. Ela era para ser mais para o lado de Ul, a solução anteriormente era precisamente em Ul, mas eles acham que deve ser mais a nascente. Estão a estudar isso e agora inclusive eles vão ter que estudar a integração no sistema a ETAR da Lactogal, porque ficará dentro do sistema da SIMRIA e estamos precisamente nesta altura, neste momento, a estudar esta adesão da Lactogal. Relativamente àquilo que o José António acabou de afirmar, eu já disse que tivemos hoje uma reunião com as várias firmas que compõem o estudo da estrada, da opção que vão fazer e eles vão ter que fazer a opção, vão ter a publicar, ainda há muito caminho a percorrer. É tudo. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi dito: =====

===== Muito obrigado, ainda temos aqui um conjunto significativo de votos para nos pronunciarmos. Vamos começar pelas moções. Temos duas moções na Mesa, uma apresentada pelo PCP-PEV, que fala sobre a hipotética passagem do TGV por Loureiro e S. Martinho da Gândara e para além de manifestar o protesto face ao desenvolvimento do processo à margem das populações, exige também garantias de investimento na Linha do Vale do Vouga, que anulem os impactos que a passagem do TGV terá. A moção é extensa e se me dispensarem a leitura eu dispensio. =====

===== Pelo Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV, foi apresentada a seguinte proposta de moção: “A decisão de construção de linhas ferroviárias de alta velocidade para que o T.G.V. circule em Portugal foi tomada sem que se garanta uma audição pública das populações, informando-as e tornando-as parte do processo de decisão, como se impõe. Uma obra desta dimensão implica que todos sejam devidamente auscultados e que sejam garantidos os direitos das centenas de moradores, proprietários, populações que são afectadas face às consequências que este processo poderá atingir. Como já é do conhecimento público, também o T.G.V. passará por zonas do nosso Município, mais concretamente, pelas freguesias de Loureiro e São Martinho da Gândara, existindo já em estudo dois trajectos que afectará estas freguesias e que vão ser objecto de estudo de impacte ambiental já no próximo mês. As populações estão completamente à margem de todo este processo e desconhecem por completo os trajectos, o número de casas e terrenos que serão afectados, o impacto real na sua qualidade de vida ao mesmo tempo que o desinvestimento no caminho-de-ferro convencional vai deixando as populações sem qualquer alternativa de transporte viável. Nessa medida, importa pois, um amplo debate e informação, envolvendo as entidades competentes, RAVE, Executivo Municipal, Freguesias e as populações. Assim, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis reunida em 27 de Junho de 2008 delibera: - Manifestar o seu protesto face ao desenvolvimento do processo à margem das populações; - Exigir a realização de um debate sobre os benefícios e prejuízos causados às populações com a construção da linha ferroviária de alta velocidade com a presença das entidades promotoras do projecto e do Executivo Municipal; - Exigir a informação e audição em tempo útil das populações directamente afectadas como parte fundamental em prioritária deste projecto; - Exigir as compensações justas e adequadas que considerem os prejuízos das populações e lhes garantam uma qualidade de vida com dignidade e direitos, a serem atribuídas desde já, assim sejam provados os prejuízos decorrentes do estatuto de excepção existente; - Exigir garantias da parte do Governo de investimentos na Linha do Vale

do Vouga, que anulem os impactos que a passagem do T.G.V. terá; - Proclamar o direito ao caminho-de-ferro convencional, como o factor fundamental e decisivo do desenvolvimento regional”. =====

===== *Colocada à votação a admissão da proposta apresentada pelo PCP-PEV, foi a mesma rejeitada por maioria, com vinte e quatro votos contra dos Membros do PSD, catorze votos a favor do PS e um do PCP-PEV e quatro abstenções do Membro do CDS/PP, Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara e Presidente da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse:* =====

===== *A segunda moção é apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, que é relativamente à questão que já foi aqui discutida, por mais do que uma vez, sobre a A32, naquilo que diz respeito a Pindelo e também ao comprometimento da zona industrial de Nogueira do Cravo/ Pindelo.* =====

===== *Pela Bancada do PSD, foi apresentada a seguinte proposta de moção: “No seguimento das diligências da Brisa, enquanto concessionária da construção da A32 Norte, com vista à alteração do traçado aprovado pelo Instituto do Ambiente e pelo Governo, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, rejeita qualquer proposta de alteração porque a mesma se baseia em razões meramente economicistas e prejudica a expansão urbana da freguesia de Pindelo, compromete a Zona Industrial de Nogueira do Cravo/ Pindelo, provoca a demolição de várias construções e coloca em causa anos de estudos e articulação entre as Autarquias e as Estradas de Portugal para a definição das melhores soluções”.* =====

===== *Colocada à votação a admissão da proposta apresentada pelo PSD, foi a mesma admitida por maioria, com a abstenção do Membro do PCP-PEV.* =====

===== *Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de discussão da moção apresentada pelo PSD, registando-se os seguintes pedidos de inscrição: Dra. Helena Terra, Arqt.º Jorge Rosa, Dr. Vieira Dias e Óscar Oliveira.* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi concedido o uso da palavra à Dra. Helena Terra, do PS.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Em primeiro lugar e como questão prévia, não posso deixar de deixar, passo o pleonasma, uma nota neste momento, que é a falta de espírito democrático dos nossos companheiros do PSD nesta Assembleia Municipal, que admitem uma proposta, uma moção subscrita por eles, mas não admitem uma moção subscrita por um outro Partido de Oposição. Este é o primeiro reparo que quero aqui deixar ficar. Nisto nós não nos revemos, o nosso espírito democrático permite-nos discutir as opiniões de toda a gente, independentemente da nossa concordância ou discordância com elas. Esta é a primeira nota que quero deixar ficar. Relativamente à moção que agora discutimos em concreto, a que foi formulada pelo Grupo Parlamentar do PSD. Bom, eu quero deixar duas notas muito claras, quer para o Senhor José Maria, quer para o Senhor José António, o Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo. E já agora quero fazer minhas palavras que não ouvi, mas li*

posteriormente, ditas pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, é que a este propósito se calhar convém ter alguma calma e alguma ponderação. E a este propósito, quero salientar a posição que hoje, não a anterior, a de hoje, que foi manifestada aqui, do ponto de vista institucional, pelo nosso Presidente da Câmara. A posição que acabou de manifestar hoje a este propósito, é uma posição politicamente séria e consistente do ponto de vista daquilo que é a situação de facto e, portanto, quero deixar também esta nota. Contrariamente a isto, como bem se vê, quero deixar ficar duas notas. Em primeiro lugar, isto tudo acontece quando nós falamos sem conhecer por inteiro os factos, e isto é algo que eu não sou capaz de fazer. E, portanto, quando nós falamos de traçados aprovados é bom que saibamos, e se calhar sabemos, que não há nenhum traçado aprovado. Quando falamos de impacto ambiental aprovado, é bom que saibamos que não existe nenhum impacto ambiental aprovado. Existe um parecer favorável da Secretaria de Estado do Ambiente, relativamente àquele que era o chamado traçado B e o traçado B1. Relativamente à escolha, à opção dos traçados, eu quero dizer a todos aqueles que nem sempre pensaram assim, bem-vindos a esta causa. O Grupo Parlamentar que aqui represento, desde há cerca de um ano, quando foi chamado a pronunciar-se aqui a este propósito, escolheu, por ser aquele que melhor servia os interesses de Oliveira de Azeméis, porque é esses que nós defendemos aqui, e escolhemos inequivocamente o traçado B+B1. Mantemo-lo hoje, como aliás fizemos questão de salientar. E quero deixar claro o seguinte: esses alguns políticos da nossa praça, do Partido Socialista e nos quais me incluo, portanto calculo que o recado seria se não para mim só mas também para mim, quero deixar claro o seguinte: nesta matéria, já o disse antes e portanto não precisava de o dizer hoje mas quero deixar claro, daquilo que conheço hoje, o traçado que do meu ponto de vista, do nosso ponto de vista, melhor serve os interesses de Oliveira de Azeméis é o traçado B+B1, digo isto hoje, dissemos sempre. Com aquilo que conhecemos hoje, é esta a posição que mantemos e defendê-la-emos até ao fim, sendo esta a situação. É bom que tenhamos a noção do seguinte, chamemos as coisas pelos nomes, porque embarcar com este facilitismo em tiradas de mera propaganda político partidária, há uma coisa que não serve, poderá servir os interesses egoísticos de um qualquer Partido, mas não serve com certeza absoluta os interesses primários, que são os interesses da população de Oliveira de Azeméis. Eu nisso não embarco. Para defender os interesses de Oliveira de Azeméis, e como digo, aqueles que eu hoje conheço como os factos, levam-me a defender até hoje e até quando assim for o traçado B+B1. Fá-lo-ei com todas as energias e as minhas forças no primeiro, no último ou no lugar do meio da fila, é para isso que podem contar comigo. Agora com actos como aqueles que eu vi aqui hoje não, porque há uma série de inverdades, aliás como o Senhor Presidente da Câmara Municipal fez questão de salientar, daí a minha vénia para a atitude de responsabilidade política que assumiu a este propósito. Há uma série de inverdades que constam deste documento proposta de moção e, portanto, o meu Grupo não pode votar favoravelmente esta proposta de moção. Como digo estamos todos, eu sou a primeira, sou a última, estarei no meio, à frente de todos eles, para defender o traçado B sendo estas as circunstâncias que conheço hoje e que existam no futuro, com isso podem contar. Com o nacional porreirismo a que com facilidade nos adaptamos, do calendário político partidário, por favor, não. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Arqt.º Jorge Rosa, do PSD. =====

===== Porque no ponto anterior não houve discussão, eu acho que estas duas questões, aquela que não foi votada anteriormente a sua continuidade no processo e a que estamos a analisar agora, acho que são duas situações muito semelhantes e que deveriam de ter a mesma

atenção por todos os Oliveirenses e pela minha parte tem toda a atenção, ou seja, temos dois corredores que vão limitar a poente e nascente o nosso território municipal de formas muito semelhantes. Um chama-se, TGV não porque eu não concordo com a designação, Comboio de Alta Velocidade (CAV) concordo, outro chama-se A32. Se me perguntassem a mim, Oliveirense, se eu queria alguns deles, eu digo “eu não quero nenhum deles”, é esta a minha posição; se me perguntassem como português se eu quero algum deles, a minha posição é “eu não quero nenhum deles”; se nos cai esta mosca na sopa e a vamos ter que comer, vamos cozinhá-la e vamos-lhe dar luta para que as coisas sejam feitas o melhor possível e para que os males sejam os menos possíveis, quer a poente, quer a nascente. Muito importante é que os Oliveirenses, seja pelo traçado A, B ou C, 1, 2 ou 3, seja ele qual for, salvaguardem não o pavilhão de A, B, ou C, mas a realidade social. A minha posição pessoal, de Jorge Rosa, é esta: são situações exactamente iguais ou idênticas, numa passam carros a 200km/h, noutra passam comboios a 400km/h, mas os problemas para o concelho são exactamente os mesmos: divisão do território, divisão do tecido social, divisão da nossa história, divisão das nossas relações. E as nossas relações, sejam elas com o Partido do PS, ou do PCP, sejam elas com quem quer que sejam, eu acho que acima de tudo o interesse da nossa história, Oliveira de Azeméis, deve ser salvaguardado. Não vou aqui, posso defender também a questão da biodiversidade e do respeito pelas condições ecológicas desses dois traçados, também podemos falar desse assunto, mas neste caso o “bicho” homem, é aquele que este Órgão tem que se pronunciar, tem que conversar, tem que discutir, tem que bater o pé, tem que reclamar e não pode calar, seja a proposta feita pelo Óscar ou seja feita pelo meu Colega António. Tenho dito. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Vieira Dias, do CDS/PP. =====

===== A verdade é que do TGV, ou se quiserem do TAV, não quero falar, porque nada foi discutido e não se sabe quando começa, nem será pertinente para já. Quanto à A32, eu naturalmente que gostaria que fosse mais harmonioso, que os automóveis fossem eléctricos, ou que se gastasse gás, que o hidrogénio se vendesse em qualquer sítio, que não houvesse nada que prejudicasse o ambiente. Nada disso é possível, e a A32 é uma necessidade imperiosa. Hoje mesmo as notícias que tive oportunidade de ler no Jornal de Notícias, houve referência de que Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra estariam a entrar com pompa, digamos assim, na Área Metropolitana do Porto. É um facto que é contestável. O Distrito de Aveiro passa a ser qualquer dia uma saudade, porque penso desta maneira. A ligação por auto-estrada a Oliveira de Azeméis é um bem que temos, assim a Variante que nos fizeram não é nada, é um autêntico “ora bolas”, aquela estrada que está entre Escapães e o princípio do Pinheiro ou Travanca é um “ora bolas”, valha-me Deus que não correspondeu a nada. Oliveira de Azeméis tem o direito a ter possibilidade de ter acessos rápidos. Naturalmente que a auto-estrada custa dinheiro, com certeza, mas há uma carência económica em muitas famílias, há muitos que não têm sustento para a casa e esse A32 pode dar postos de trabalho e possibilitar com que a vida de cada família seja mais rentável. O que interessa é que se faça, Senhor Presidente. Naturalmente que eu comungo da ideia dos meus Amigos de Pindelo, gostaria que fosse a B+B1, que também é comum, mas há que lutar, há que se realizar, há que fazer a auto-estrada, é um direito que nos assiste e é um direito que vem ter connosco tardiamente. Não vou comparar os dados demográficos desta região com outra, porque demonstraria que estaríamos muito esquecidos. O TGV infelizmente não pára entre nós. Concordo que a A32 venha e estou-me a lembrar de uma frase do povo latino “primeiro não fazer mal, não prejudicar”, portanto, a auto-estrada é um benefício. O Senhor Presidente da Câmara, a Assembleia Municipal e nós, seremos o porta-voz

para que a A32 seja de maneira a prejudicar o menos possível o nosso concelho. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ápio Assunção, Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Eu vou passar ao Dr. Ricardo, mas eu queria dizer, para completar a intervenção do Dr. Vieira Dias, é que o TGV vai ter uma estação perto de Oliveira de Azeméis, nós vamos beneficiar de uma estação, que é em Albergaria-a-Velha. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Boa tarde a todos. Eu queria dar aqui alguns esclarecimentos, porque existiram aqui algumas imprecisões relativamente a estas duas matérias. Eu estou a dar esclarecimentos, porque acompanho esta matéria na Câmara Municipal e apesar de não haver discussão a Câmara Municipal está sempre disposta a dar esclarecimentos. Relativamente ao TGV, existem dois corredores que ainda estão a ser avaliados em termos de estudo de impacto ambiental e aí, quando for sujeito a discussão pública, cá estaremos, penso eu, para defender qual é a melhor solução, se efectivamente vai afectar, ou não, qualquer uma das freguesias de Oliveira de Azeméis. Portanto, acho que é prematuro estarmos a discutir sobre esta matéria relativamente ao TGV. Quanto à A32 Norte, efectivamente já houve uma decisão tomada por este Governo. Houve uma decisão que aprovou a declaração de impacto ambiental da solução B+B1 e foi essa decisão que teve que ser tomada para ser adjudicada à concessão Douro Litoral a construção da A32 Norte, portanto existe uma decisão. Agora, contrariamente ao que se pensava que seria claro e transparente por parte do Governo e das Estradas de Portugal é que no âmbito da adjudicação ficou possibilitada à concessionária a possibilidade de desenvolver um outro corredor, um traçado alternativo ao que foi aprovado na declaração de impacto ambiental por parte do Governo e é isso que altera todas as regras do jogo. Nós desde 2004 que andamos a discutir com as Estradas de Portugal as melhores soluções para a definição do troço da A32 Norte e da Estrada Regional 327. Se calhar por razões do cumprimento do défice, este Governo e as Estradas de Portugal deixaram cair na concessão do Douro Litoral a construção da Estrada Regional 327 e só avançaram com a A32 Norte. Todos os estudos que nós fomos realizando com as Estradas de Portugal, foi no sentido de ver qual o melhor traçado, quer da Estrada Regional 327, quer da A32 e a articulação entre ambos os traçados, porque, repito, eram ambas as estradas que faziam parte da concessão. No âmbito dessas discussões, nós na altura quando defendemos a solução A, defendemos com base nestes argumentos técnicos: “afigura-se-nos que para Oliveira de Azeméis seria possível a solução A, dado que: corresponde a uma implantação na paisagem menos agressiva em comparação com a solução B; que em determinados traçados atravessa uma área de comunidade e vales, provocando forte impacto na paisagem pela necessidade de construção de aterros e desaterros de grande dimensão; a solução B colide com a captação de água de Macieira de Sarnes; a solução A constituiria um limite adequado à organização de uma cidade alargada de Oliveira de Azeméis a Santa Maria da Feira, opção de ordenamento que consideramos incontornável; existe maior facilidade de implantação do nó de ligação com a Estrada Regional 327, que inicialmente era para ser em formato de auto-estrada portajada, agora numa última reunião que tivemos com as Estradas de Portugal em 17 de Abril já não é para ser em formato de auto-estrada portajada,

mas existe maior facilidade de implantação do nó de ligação com a Estrada Regional 327 na solução A, tornando desnecessário o atravessamento da Zona Industrial Nogueira do Cravo/Pindelo”. Estes foram os argumentos técnicos que nos permitiram defender a solução A. Só para dizer que efectivamente havia uma solução que foi decidida pelo Secretário de Estado do Ambiente e eu penso que esta última reunião, eu não estive presente, nós, Câmara Municipal já tínhamos sido notificados da proposta da Brisa, se vai haver outras propostas ou não, não sei se vai haver ou não, pelos vistos hoje disseram ao Senhor Presidente, eu não estive presente, que a Brisa vai apresentar outras propostas, mas a verdade é que a Brisa já apresentou uma proposta e eu penso que esta moção é de repúdio, tal como a da Câmara foi, porque a Câmara de imediato respondeu às Estradas de Portugal, não tendo conhecimento da possibilidade que a Brisa tinha de alterar esse traçado, deu conhecimento do repúdio às Estradas de Portugal e, portanto, isto é o repúdio face à proposta da Brisa que existe hoje em cima da Mesa. =====

===== O Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, apresentou e explicou o traçado proposto. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV. =====

===== Caros Colegas, eu quero aqui desta Bancada manifestar o meu protesto e de alguma forma alguma perplexidade em relação à moção que eu apresentei em relação ao TGV, da posição de alguns eleitos e também de alguma forma agradecer a posição dos meus Colegas Arqt.º Jorge Rosa e Dra. Helena Terra, em relação à discussão do problema do TGV. Eu penso que no meio disto tudo cada um tira a ilação que tirar e a população tirará as ilações que devem tirar. Agora há uma coisa que eu tinha aqui de dizer, eu penso que ou estamos à margem das populações, ou estamos à margem de outros Municípios e eu discordo profundamente da posição do Senhor Vereador Dr. Ricardo, em que há dois corredores, está em discussão o impacto ambiental. Está bem, está em estudo o impacto ambiental, está em discussão o projecto em todo o País, não é só em Oliveira de Azeméis. Por exemplo, Espinho, já há cerca de dois meses que em quase todas as Juntas de Freguesia, até que são do Partido Socialista, e em relação a outros que estão a auscultar as populações e não se pode colocar as populações à margem desta situação. Agora, não vamos fazer aqui como o ditado e a história daquela freguesia, em que alguns dos familiares foram ao enterro do familiar depois dele enterrado. Isso é que não. Eu penso que nós devemos promover o debate antecipadamente, porque isto vai ter grandes consequências para as populações, aliás vejamos o comentário do Senhor Presidente da Junta de Loureiro, que diz que há habitações que vão ser degradadas, duas ou três não interessa. Auscultar só depois do estudo? Não, tem de ser agora. E posso dizer aqui aos caros colegas que se não são as Autarquias, se não é a Câmara, o PCP vai realizar alguns debates em relação a esta matéria. Obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Vamos então votar. Já agora deixe-me só Caro Óscar dar nota do seguinte: esta Assembleia Municipal tem discutido tudo aquilo que é considerado importante para o desenvolvimento do concelho, agora temos que respeitar a decisão dos Membros da Assembleia Municipal e os Membros da Assembleia Municipal entenderam que esta não era a altura certa para se estar a discutir as matérias do TGV, seguramente que se o processo andar para a frente, até podemos fazer Assembleias Municipais só para discutir o TGV, agora estar aqui a discutir o

TGV genericamente, sem nada em concreto, sinceramente, também não me parece, mas como é evidente temos que respeitar aquele que é o sentimento dos Deputados da Assembleia Municipal. Vamos então votar a moção, depois de amplamente e profundamente discutida, apresentada relativamente à A32. =====

===== Colocada à votação a moção apresentada relativamente à A32, foi a mesma aprovada por maioria, com os seguintes votos: a favor – vinte e seis do PSD, um do CDS/PP, um do Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo e um do Presidente da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes; contra – doze do PS; abstenções – PCP-PEV e Presidente da Junta de Freguesia de Travanca. =====

===== A Dra. Helena Terra, do PS, fez a seguinte declaração de voto: =====

===== Relativamente a isto, quero só dizer o seguinte: não vou repetir tudo o que disse a este propósito, agora chamo a atenção para que nós discutamos este assunto com seriedade política e responsabilidade política. Foi aquilo que referi, fiz questão de salientar isso hoje enquanto posição aqui manifestada pelo Senhor Presidente da Câmara. A Bancada que represento é assim que aceitará discutir esta questão e sobretudo há uma coisa que não aceitará, não aceitará confundir as palavras e o valor que elas têm, porque para isso então eu também me permitia dizer que se calhar relativamente a alguns constrangimentos orçamentais e problemas de défice das contas públicas do nosso País, de todos conhecidos, e que serviram aqui hoje como objecto de arremesso político, usados quando se tentavam dar explicações, eu então também me poderia sentir tentada a dizer que oxalá que a A32 arranque antes que a Dra. Manuela Ferreira Leite possa ser Governo neste País, porque senão não há A32, não haverá TGV e não existirão muitas das estruturas e das obras públicas. Mas daí também não sei, porque à velocidade que nos últimos tempos o PSD nacional tem mudado de opinião, nada nos garante que aquilo que ela diz hoje seja aquilo que ela faça amanhã. Mas como digo não é por aqui que eu quero ir, acho que o assunto é demasiado sério para que seja discutido desta forma. Dizia há pouco o Dr. Vieira Dias que isto é uma estrutura à qual nós temos direito e eu subscrevo esta posição dele. Esta é uma estrutura à qual nós temos direito e portanto esperemos que ela se realize e sobretudo esperemos que ela se realize nos seguintes termos: esta como qualquer outra estrutura não tem só vantagens, não, não, lá está os carros não andam a hidrogénio, se calhar não andam à baixa velocidade que era expectável que andassem, não se consegue continuar a ter verde, árvores, relva e flores no sítio onde passamos a ter betão, são uma série de custos que o desenvolvimento nos impõe. Portanto, eu fazendo a síntese daquilo que acabou de dizer a esse propósito, quero dizer o seguinte: esta é uma estrutura à qual nós temos direito, que nós queremos ter e, sobretudo, que nós pugnaremos para que se construa, sendo que a ponderação de custo/ benefício tem que pender a nosso favor, no que toca ao benefício. Esta é a única forma pela qual nós admitimos discutir esta matéria e quando houver uma decisão política, se for desfavorável àquilo que nós pensamos, então nós continuaremos então como hoje, na coerência dos nossos argumentos, a defender aquilo que defendemos desde o início. Muito obrigada. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Vamos então aos votos de louvor e aos votos de pesar. Chegaram à Mesa seis votos de louvor e três votos de pesar, que a Mesa, se autorizaram, junta e transforma em três votos de louvor e dois votos de pesar. Os votos de louvor foram apresentados pelo PS e pelo

PSD e um deles oralmente pelo Senhor Dr. Vieira Dias, que se prende com o feito histórico alcançado pela União Desportiva Oliveirense em futebol, que subiu de divisão e foi campeão nacional da II Divisão. O Sporting Clube de Bustelo, também foi campeão, neste caso distrital, da II Divisão da Associação de Futebol de Aveiro, bem como o Futebol Clube Cesarense que foi o vencedor da Taça Distrital em Futebol do Distrito de Aveiro. Quer dizer que somos um concelho de campeões, que ganhamos tudo, ou quase tudo, e vamos então votar os votos que aqui temos. =====

===== Pela Bancada do PSD, foi apresentado o seguinte voto de congratulação: “A União Desportiva Oliveirense é Campeã Nacional da II Divisão. O feito merece realce da comunidade Oliveirense em geral e não podem os autarcas ficarem indiferentes ao êxito alcançado pelo Futebol da U.D.O. Felicitamos os atletas, dirigentes, técnicos e adeptos da Oliveirense”. =====

===== Pela Bancada do PS, foi apresentado o seguinte voto de louvor: “Os Membros da Assembleia Municipal, eleitos pelo Partido Socialista, propõem a aprovação de um voto de louvor pelos excelentes resultados desportivos alcançados pela União desportiva Oliveirense, que culminaram na subida à Liga de Honra do Futebol Nacional”. =====

===== Colocados à votação os votos apresentados, foram os mesmos aprovados por unanimidade. =====

===== Colocado à votação o voto de louvor ao Sporting Clube de Bustelo, pela conquista da Taça de Campeão da II Divisão de Futebol do Distrito de Aveiro, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====

===== Colocado à votação o voto de louvor ao Futebol Clube Cesarense, pela conquista da Taça de Aveiro, na modalidade de Futebol, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal continuou: =====

===== Quanto aos votos de pesar, temos dois votos de pesar, um deles relativamente ao falecimento da Mãe do Senhor Vice-presidente da Câmara, Prof. Albino Martins, e temos também um outro relativamente ao desaparecimento do ciclista Bruno Neves, ou seja, de um jovem ciclista que projectou o nome de Oliveira de Azeméis, de Nogueira do Cravo, que nos abandonou e que partiu do mundo dos vivos de uma forma abrupta e, portanto, era alguém que projectava sempre o nome de Oliveira de Azeméis e de Nogueira do Cravo. Se estivessem de acordo procederíamos de imediato e guardávamos um minuto de silêncio pela memória desta duas pessoas. =====

===== Foi apresentado um voto de pesar pelo falecimento do ciclista Bruno Neves, o qual se passa a transcrever: “O desaparecimento de Bruno Neves foi um momento muito triste para o nosso concelho. Nascido em Nogueira do Cravo sempre projectou o nome de Oliveira de Azeméis. Um jovem com um futuro promissor que partiu do mundo dos vivos de forma abrupta. Sendo um atleta de alta competição que projectou o nome de Nogueira do cravo e Oliveira de Azeméis deve o seu nome ficar ligado a manifestações desportivas do ciclismo bem como à toponímia do concelho”. =====

===== *Colocado à votação o voto de pesar pelo falecimento da Mãe do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, foi o mesmo aprovado por unanimidade.*=====

===== *Colocado à votação o voto de pesar pelo falecimento do ciclista Bruno Neves, foi o mesmo aprovado por unanimidade.*=====

===== *Fez-se um minuto de silêncio.*=====

===== *Após todas as intervenções e esclarecimentos dados, o Senhor Presidente da Mesa deu como terminado o “Período de Antes da Ordem do Dia”.*=====

=====**PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)**=====

===== *A Assembleia Municipal tomou conhecimento das alterações ao Orçamento da Despesa números 09 e 10.*=====

===== *Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia.*=====

=====**Ponto um:** *Votação das actas n.ºs 26 e 27.*=====

===== *Foram presentes para aprovação as seguintes actas: n.º 26 – Sessão Temática da Assembleia Municipal, subordinada ao tema “Plano de Urbanização da Cidade”, realizada em 17.03.2008 e n.º 27 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 28.04.2008.*=====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.*=====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação a acta n.º 26 - Sessão Temática da Assembleia Municipal, subordinada ao tema “Plano de Urbanização da Cidade”, realizada em 17.03.2008, a qual foi aprovada por unanimidade. Seguidamente, colocou à votação a acta n.º 27 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 28.04.2008, a qual foi aprovada por maioria, com a abstenção do Dr. Vieira Dias, do CDS/PP, que não esteve presente na referida Sessão.*=====

=====**Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município.*=====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as actividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para iniciar a discussão do ponto.*=====

===== *Eu penso que basta lerem, não tenho nada a acrescentar relativamente a esta matéria.*=====

===== De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para a discussão deste ponto, não se registando pedidos de inscrição. =====

===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento da referida informação.

===== **Ponto três:** Protocolo de colaboração a celebrar com a freguesia de Oliveira de Azeméis – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Nos termos do disposto no art.º 20º da Lei. n.º 159/99, de 14 de Setembro, é da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão e a realização de investimentos públicos nos seguintes domínios a)” Centros de cultura, centros de ciência, bibliotecas, teatros e museus municipais; - As autarquias locais podem estabelecer entre si formas adequadas de parcerias; Assim, propõe-se: - A aprovação da minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar com a Freguesia de Oliveira de Azeméis, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, que tem por objecto a cedência à Freguesia de Oliveira de Azeméis do uso da área correspondente ao corredor com 29,00 m2 do prédio – Ludoteca Biblioteca Gulbenkian e por sua vez, a cedência ao Município do uso/ utilização da área correspondente a cave ampla (parte inferior do palco), com 57,00 m², escadaria e hall, com 17,50 m2; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art. 53º do mesmo diploma.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Este protocolo é para regularizar todas as situações de cedência que a Junta de Freguesia fez para o edifício da Ludoteca, algumas áreas que a Junta de Freguesia cedeu à Câmara e nós estamos a protocolar. Já foi aprovado pela Câmara Municipal e agora tem de ser pela Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número três à votação, sendo deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo com a freguesia de Oliveira de Azeméis. =====

===== **Ponto quatro:** Protocolo de colaboração entre o Município e o Município de São João da Madeira, para a pavimentação da Rua de S. Roque (rua fronteira entre ambos os municípios sita na Zona industrial da Devesa Velha) – Autorização. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “com a “Paviazeméis – Pavimentações de Azeméis, Lda.” contrato de empreitada “Zona Industrial da Devesa Velha – Requalificação urbanística, que se encontra na fase final de execução; - Deixar de proceder à pavimentação da Rua de S. Roque (rua fronteira entre ambos), choca com o desenvolvimento harmonioso da paisagem urbana intermunicipal, pelo que estes Municípios pretendem preservar, nesse pequeno troço, a necessária continuidade construtiva; - Os custos dos trabalhos se estimam em € 5.266,10 (cinco mil duzentos e sessenta e seis euros e dez centimos) acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, conforme mapa de quantidades de trabalhos

anexo; - As autarquias locais podem estabelecer entre si formas adequadas de parcerias. Assim, propõe-se: - A aprovação da minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar com o Município de São João da Madeira, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, o qual fixa, designadamente os termos e condições da colaboração institucional para a pavimentação da citada Rua, bem como autorizar o Município de São João da Madeira a executar os trabalhos especificados no citado mapa, bem como proceder ao pagamento da quantia de em € 5.266,10 acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, nos termos nele constantes; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art. 53º do mesmo diploma.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É o protocolo que fizemos com a Câmara de S. João da Madeira, porque S. João da Madeira ia lançar a obra e nós tínhamos lá um terreno, um bocado, que precisava também de ser beneficiado. Juntamo-nos e é feito em conjunto, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis paga os metros que fez e fica a empreitada mais barata e aproveitamos o facto de S. João da Madeira precisar de fazer aquela obra.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quatro à votação, sendo deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração entre o Município e o Município de São João da Madeira, para a pavimentação da Rua de S. Roque (rua fronteira entre ambos os municípios sita na Zona industrial da Devesa Velha).* =====

===== **Ponto cinco:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Indaqua Feira – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A., no âmbito do processo de loteamento número 1007/04 – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando: - Que em 11 de Outubro de 2007, foi entre o Município de Oliveira de Azeméis, a Indaqua Feira - Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A. e o Município de Santa Maria da Feira celebrado Protocolo de colaboração que estabelece o âmbito e forma de cooperação, designadamente no domínio da prestação dos serviços de abastecimento de água no Loteamento, referente ao processo de licenciamento pendente na Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, sob o número 1007/04 em nome de Pina Silva & Almeida, Lda., o qual se situa em zona limítrofe ao Município de Oliveira de Azeméis; - Em 3 de Dezembro de 1999, a Indaqua Feira – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, SA, celebrou com o Município de Santa Maria da Feira contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Município de Santa Maria da Feira, sendo a mesma responsável, em regime de exclusividade, pela exploração e gestão conjunta dos serviços públicos de tratamento e distribuição de água para consumo público e da recolha, tratamento e rejeição de efluentes no Município de Santa Maria da Feira e pela execução de todas as obras constantes do Plano de Investimento; - O perímetro territorial da Concessão Municipal abrange o loteamento referente ao processo de licenciamento pendente na Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, sob o número 1007/04 em nome de Pina Silva & Almeida,*

Lda., o qual se situa em zona limítrofe ao Município de Oliveira de Azeméis, propõe-se: - A aprovação da minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar com Indaqua Feira - Indústria de águas de Santa Maria da Feira, S.A., documento este que fica arquivado empasta anexa ao livro de actas, o qual estabelece o âmbito e a forma de cooperação, para que a rede de drenagem de águas residuais que vier a ser instalada no Loteamento (número 1007/04) seja ligada às infra-estruturas da Indaqua Feira; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º do mesmo diploma.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Eu dava a explicação relativamente aos três protocolos. É um loteamento que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis fez, que era do Dr. Arlindo, tem a estrada que limita Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis e tem um loteamento, que é um Oliveirense que também vai construir na parte da Feira. Nós o que é que pretendemos? Pretendemos que eles nos cedam uma parte da via, portanto que recuem para o terreno da Feira a parte da via, porque este loteamento está a finalizar, estes lotes são os últimos e falta terreno para os lotes. Este é um loteamento já com quarenta anos e falta terreno para os lotes. Portanto, chegamos a este acordo com a Câmara da Feira e por isso há um protocolo com a Câmara da Feira, que aceita perfeitamente a cedência desse terreno para Oliveira de Azeméis. Nós também fazemos um protocolo com a Indaqua para receber o nosso esgoto e fazemos um outro protocolo para fornecer a água. A água será fornecida por Oliveira de Azeméis e o esgoto será suportado pela Indaqua Feira e o proprietário cede-nos o terreno. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, sendo deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Indaqua Feira – Industria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A., no âmbito do processo de loteamento número 1007/04. =====

*===== **Ponto seis:** Protocolo de colaboração a celebrar com o Município de Santa Maria da Feira (cedência de uma faixa de terreno para integrar o domínio público do Município de Oliveira de Azeméis) – Autorização. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando – Que em 11 de Outubro de 2007, foi entre o Município de Oliveira de Azeméis, a Indaqua Feira – Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A. e o Município de Santa Maria da Feira celebrado protocolo de colaboração que estabelece o âmbito e forma de cooperação, designadamente no domínio da prestação dos serviços de abastecimento de água no Loteamento, referente ao processo de licenciamento pendente na Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, sob o número 1007/04, em nome de Pina Silva & Almeida, Lda., o qual se situa em zona limítrofe ao Município de Oliveira de Azeméis; - Para regularização do processo de loteamento pendente na Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, titulado pelo alvará n.º 10/84, sito no lugar de Fermil, Cucujães, Oliveira de Azeméis é necessária a cedência de área do Município de Santa Maria da Feira, a favor do Município de Oliveira de Azeméis, propõe-se: - A aprovação da minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar com o Município de Santa Maria da Feira, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, o qual

fixa, designadamente os termos e condições da cedência, de uma faixa de terreno, para integrar o domínio público do Município de Oliveira de Azeméis, com a área de 655,00m2, por parte do loteador Pina Silva & Almeida, Lda; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) n.º 2 do art.º 53º do mesmo diploma.” =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, sendo deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com o Município de Santa Maria da Feira (cedência de uma faixa de terreno para integrar o domínio público do Município de Oliveira de Azeméis).* =====

===== **Ponto sete:** *Protocolo de colaboração a celebrar com Pina Silva & Almeida, Lda., no âmbito do processo de loteamento n.º 1007/04 (ligação/ execução das redes de drenagem e águas residuais domésticas e pluviais) – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Indaqua Feira - Indústria de águas de Santa Maria da Feira, S.A. e o Município de Santa Maria da Feira celebrado Protocolo de colaboração que estabelece o âmbito e forma de cooperação, designadamente no domínio da prestação dos serviços de abastecimento de água no Loteamento, referente ao processo de licenciamento pendente na Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, sob o número 1007/04 em nome de Pina Silva & Almeida, Lda., o qual se situa em zona limítrofe ao Município de Oliveira de Azeméis; - O perímetro territorial da Concessão Municipal abrange o loteamento referente ao processo de licenciamento pendente na Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, com o número 1007/04 em nome de Pina Silva & Almeida, Lda., o qual se situa em zona limítrofe ao Município de Oliveira de Azeméis, propõe-se: - A aprovação da minuta de Protocolo de Colaboração a celebrar com Pina Silva & Almeida, Lda., documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, o qual fixa os termos e condições da execução dos trabalhos de ligação/execução das redes de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, que vierem a ser instaladas dentro dos limites do Município de Oliveira de Azeméis; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) n.º 2 do art.º 53º do mesmo diploma.”* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número sete à votação, sendo deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com Pina Silva & Almeida, Lda., no âmbito do processo de loteamento n.º 1007/04 (ligação/ execução das redes de drenagem e águas residuais domésticas e pluviais).* =====

===== **Ponto oito:** *Adenda ao protocolo de colaboração a celebrado com a FAMOA, para a realização da “III Edição Regional e I a nível Nacional, do Concurso de Música Terras de La- Salette” – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 07 de Março de 2008 foi celebrado protocolo de colaboração com a “Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA)”, com vista à realização da III Edição regional e I a nível nacional, do Concurso de Música “Terras de La-Salette”; - Que em*

cumprimento da 4ª clausula, foi apresentada pela FAMOA relatório comprovativo das receitas e despesas apuradas, que se cifram no valor total de 23.820,64€ (vinte e três mil oitocentos e vinte euros e sessenta e quatro cêntimos). Em face do exposto, propõe-se: - A aprovação da minuta da Adenda ao citado Protocolo de Colaboração, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, ao abrigo designadamente, do art.º 64º, n.º4, alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; - Se autorize desde já o eventual pagamento da verba no valor de 5.540,64 €, correspondente à diferença entre o valor anteriormente constante no Protocolo e a despesa efectivamente assumida; - Se remeta à Assembleia Municipal, para: a) efeitos do determinado na alínea m) n.º 2 do artº 53º do diploma atrás referido; b) ratificação da Adenda, com efeitos à data da sua assinatura; c) ratificação dos pagamentos entretanto efectuados com base na mesma.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Foi feito o primeiro protocolo com a FAMOA, com determinado valor que está aí mencionado, a adesão foi enorme, foi um concurso a nível nacional e que teve mais de trezentos inscritos e ultrapassou largamente aquilo que a FAMOA podia suportar, embora tivesse o protocolo com a Câmara Municipal. No fundo, isto é o reforço da verba em € 5.540,64 (cinco mil quinhentos e quarenta euros e sessenta e quatro cêntimos). =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número oito à votação, sendo deliberado por unanimidade autorizar a celebração da adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a FAMOA, para a realização da “III Edição Regional e I a nível Nacional, do Concurso de Música Terras de La- Salette”. =====

*===== **Ponto nove:** Adenda ao protocolo de colaboração com a Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Cucujães – Autorização. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O protocolo de colaboração assinado em 18 de Fevereiro de 2008, com a Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Cucujães, que visa a colaboração institucional entre os outorgantes, de forma a ser assegurada a manutenção do apoio, nas acções de âmbito desportivo e social, designadamente, no projecto “Azemeíadas”; - Que se pretende um alargamento da referida colaboração institucional a outras actividades da Câmara Municipal; - a insuficiência económico-financeira manifestada pelo mesmo Núcleo, propõe-se: - A aprovação da minuta da adenda ao citado Protocolo com a Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Cucujães, nos termos e ao abrigo do estabelecido na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º conjugado com o art.º 67.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal para efeitos do determinado na alínea m) n.º 2 do artigo 53.º do mesmo diploma”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== *Esta adenda surge porque, efectivamente, a Cruz Vermelha Portuguesa- Núcleo de Cucujães tem feito muito trabalho relativamente ao apoio ao desporto, principalmente às iniciativas da Câmara Municipal, tem apoiado também algumas vezes nos incêndios e também tem ajudado a resolver alguns problemas e nós estávamos a fornecer algum gasóleo. Nós queremos, através do protocolo, atribuir anualmente mil e duzentos litros de gasóleo, correspondente a cem litros por mês. Esta adenda é isso. =====*

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, sendo deliberado por unanimidade autorizar a celebração da adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Cucujães. =====*

===== ***Ponto dez:** Proposta de sinalização das zonas pedonais da cidade – Aprovação. =*

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1. A colocação dos pinos nas zonas pedonais da Cidade, propõe-se: a) Colocar placa adicional “Excepto Moradores e Cargas e Descargas” no sinal “Trânsito Proibido” no cruzamento da Rua António Alegria com a Rua João Marques Carvalho junto à Garagem Justino; b) Retirar sinal “Trânsito Proibido” que se encontra no início da Rua Antonio Alegria junto ao Dighton e colocar no cruzamento da Rua Manuel Arriaga junto à Ourivesaria Guedes e retirar neste local dois pinos de pedra para facilitar o acesso de moradores e de veículos para cargas e descargas, tendo em conta que se irão colocar pinos no início da Rua António Alegria; c) Na Praça da Câmara colocar placa adicional “Excepto Moradores e Cargas/ Descargas” no sinal “Proibido virar à direita” que se encontra na Rua do Emigrante; d) Retirar o “Sentido Proibido” no início da Praça da Câmara, visto que irão ser colocados pinos na Rua Bento Carqueja junto à Igreja Matriz e o acesso dos moradores e dos veículos para Cargas/ Descargas será feito pela Praça; e) Colocar um sinal “Sentido Proibido” junto à Ourivesaria Pépura na Rua Bento Carqueja para que quem entre na rua pedonal saia pela Trav. José da Costa. f) Na Trav. José da Costa colocar um sinal “Sentido Único” junto à Rua Bento Carqueja e junto à Praça José da Costa retirar os dois sinais e colocar um sinal “Sentido Proibido” para impedir que se suba a Trav. José da Costa. A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A/98 de 01 de Outubro e 41/2002 de 20 de Agosto”. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====*

===== *A proposta resulta da colocação dos pinos nas zonas pedonais da cidade, constam todas dos documentos que foram entregues aos Senhores Deputados. =====*

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Bruno Aragão. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS.* =====

===== *Considerem todos cumprimentados desde já. Aproveito a ocasião para falar sobre este e os pontos relacionados com posturas de trânsito. Meus Senhores, Azeméis é vida! Confesso que só há bem pouco tempo percebi o verdadeiro alcance e sentido desta parangona mais ou menos vazia de conteúdo, mas que alguns insistem em fazer passar por verdadeira. Naturalmente limitação minha, bem sei. Mas se a maioria o diz... Cumpre agora retratar-me. Efectivamente, Azeméis é vida, Azeméis é progresso. Aliás, e se V. Exas. me permitem, sugiro até que aquela revistinha, onde de mostram as faustosas inaugurações no concelho de Oliveira de Azeméis, tenha no seu próximo número o título: Azeméis é mudança! Assim é, Azeméis é mudança. Todos os dias mudam sinais, todos os dias mudam sentidos de ruas, orientações, mecos, placas, enfim, o que lhe quiserem chamar Mais grave ainda, é que todos os dias mudam as prioridades de ordenamento do trânsito. Mais vida do que esta em Oliveira de Azeméis não há. Não fosse, enfim, o tom mais ou menos humorado com que podemos brincar com estas questões e que podemos imprimir ao discurso, a coisa nem pareceria grave. Mas é, embora esteja certo que V. Exas. justificarão estas medidas à luz dessa visão tão própria que têm de urbanismo e gestão autárquica. Ainda há bem pouco tempo se procedeu a uma alteração substancial da regulação do tráfego em Oliveira de Azeméis. Não a contestamos, pelo contrário, como tivemos oportunidade de o manifestar na altura certa. Ainda assim, não podemos deixar de questionar a quantidade de alterações propostas, pouco tempo decorrido desde a última grande mudança. Independentemente da sua pertinência, esta sim é a questão. Tanta alteração, tanta mexida, poderia ser a materialização desse tal slogan. Não é. Antes, é a prova evidente de que não há um plano coerente e devidamente fundamentado, pensado de uma forma integrada, para a circulação rodoviária na cidade e no concelho. Relembro, particularmente ao Senhor Gestor do Pelouro, que estas questões não são políticas, são eminentemente técnicas e, por isso, já em anteriores Assembleias Municipais esses fulanos da Oposição reclamaram um estudo técnico que resolvesse de uma vez por todas estas questões, evitando mudanças sucessivas e pontos infundáveis de votação sinal a sinal. Destes vários pontos, se repararem bem, vem acompanhado de um parecer técnico ou até da audição das Juntas de Freguesia. Mas porque às vezes, ou muitas vezes, parece haver alguma dificuldade em perceber-se as dúvidas dos outros, ilustremos com um exemplo muito simples este ponto da ordem de trabalhos, no seu ponto b): propor a circulação das cargas e descargas da forma que aqui se apresenta é prova de que estas questões continuam a não ser pensadas e encaradas com uma leviandade gritante. Considerando que a rua Bento Carqueja deverá ser um pólo aglutinador de comércio tradicional e actividades de rua, com esplanadas e coisas que tais, explique V. Exa. como é que um veículo de alguma dimensão consegue manobrar na saída que se propõe? Aliás, se repararem bem, a maioria do comércio nessa rua faz-se precisamente nessa parte. Assim, porque não fazer entrar o tráfego junto à igreja, em sentido descendente, saindo na Câmara Municipal e descendo para a rotunda do edifício Rainha. Simples, prático e muito, muito, mais seguro. A questão dos pinos é como é óbvio uma falsa questão. Este é apenas um exemplo porque, volto a frisar, a questão central é a ausência absurda de um plano e a indefinição total a que estas matérias são votadas. Mas o Senhor Vereador do Pelouro é pródigo nestas questões. Quando numa Assembleia Municipal anterior o PS propôs que de uma vez por todas se regulassem as cargas e descargas, para evitar que se andasse constantemente nestas discussões, atitude aliás louvada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Vereador do Pelouro rapidamente se colocou em bicos de pés para declarar que isso estava praticamente concluído, que não era novidade nenhuma e que, sem falta, na próxima Assembleia Municipal*

seria levado a votação. Até hoje Senhor Vereador. Enfim, que mais dizer sobre tudo isto? Que mesmo sendo uma matéria de pouca monta é o reflexo de tudo o resto, de uma ausência de políticas coerentes para o concelho. Enfim, aguardo as explicações de V. Exas. que., estou certo, terão autoridade reforçada... Muito obrigado. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Eu sem ter nenhuma autoridade reforçada, quero-lhe dizer que a questão dos pinos não é uma questão de pequena monta, basta andar na zona pedonal, para saber que aquilo sem os pinos era uma pouca-vergonha. Foi isso que disse, foi isso que leu, está escrito, ora repita lá. Se não é de pequena monta então o que era? A única precisão que eu quis fazer, é que eu interpretei, e peço-lhe desculpa desta interpretação que foi abusiva da minha parte, a questão dos pinos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para dar explicações. =====

===== Como esta intervenção, penso eu, foi relativa a todos os pontos do trânsito, só para dizer ao Senhor Deputado que disse para explicar como é que um veículo de alguma dimensão pode fazer a manobra aqui nesta rua, se vir bem a proposta relativamente ao trânsito das viaturas pesadas, vê-se que não se pode passar aqui nesta rua, não podem circular viaturas de alguma dimensão. Portanto, se analisasse tudo em conjunto... =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação, sendo deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto onze:** Proposta de sinalização na Travessa da Espinheira – Oliveira de Azeméis – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1. A necessidade de disciplinar o trânsito na freguesia de Oliveira de Azeméis, propõe-se: a) A colocação do sinal C2 “Trânsito Proibido” na Travessa da Espinheira pelo facto desta apresentar um perfil muito reduzido. A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A/98 de 01 de Outubro e 41/2002 de 20 de Agosto”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====

===== Esta Travessa da Espinheira, é uma travessa que se situa abaixo do Hospital, é uma rua onde não circula lá um carro, contudo há carros que ainda se pretendem introduzir nessa rua e depois têm tido muita dificuldade em sair. Para se evitarem esses problemas, vamos colocar o sinal de trânsito proibido. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor José Ramos da Silva. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José Ramos da Silva, do PS. =====

===== Boa tarde a todos. Em relação a este sentido de trânsito proibido, eu tive o cuidado hoje de passar lá com um carro ligeiro, que normalmente ando e não é assim dos pequeninos, e não vi qualquer constrangimento de lá passar. Tem lá realmente um cotovelo, mas como o sentido que existe é o sentido descendente, que é mais fácil na minha opinião de circular ali, não vejo qualquer problema em lá continuarem os carros a circular, inclusive atrás de mim vinha outro carro. O Senhor Vereador estava a dizer que lá não passa ninguém, mas não é bem assim com certeza. Eu penso que aquela rua dá algum jeito para quem quer vir para Oliveira de Azeméis, não dá jeito para quem quer ir para Cidacos com certeza, vai por outra rua, tem alternativa ali pelo lado esquerdo, mas para quem quer vir para Oliveira de Azeméis dá muito jeito. Eu fazia aqui uma sugestão, porque eu acho que isso havia de existir, tem lá no início da descida, quem vem do Hospital, antes de chegar a essa travessa, circulam por lá automóveis e vêm ter cá baixo, e acho que deve continuar a ser e estou plenamente de acordo, mas como tem lá um sinal de um sentido de trânsito só, que colocassem lá um sentido de trânsito proibido a pesados, porque não há lá nenhum pesado que passe e as pessoas não sabem, só quando lá chegarem é que vêm que não podem passar. Isso é uma ideia, aliás a minha proposta era precisamente nesse sentido, era interditar a veículos pesados que não têm hipóteses de lá passarem. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número onze à votação, sendo deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto doze:** Proposta de sinalização em Vila Cova – Santiago de Riba-UI – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1. A necessidade de sinalizar a via recentemente pavimentada em Vila Cova na Freguesia de Santiago Riba-UI e após visita ao local, propõe-se: a) Colocação de dois sinais verticais A4a (Passagem estreita) e um sinal 85 (Cedência de passagem nos estreitamentos da faixa de rodagem); b) Colocação dois sinais verticais A I a (Curva à direita) e dois sinais verticais A I b (Curva à esquerda); c) Colocação de três espelhos parabólicos; d) Colocação de dois sinais verticais 8 I (Cedência de passagem); e) Colocação de quatro sinais vertical C 13 (Proibição de exceder 50 Km/h); f) Colocação de nove sinais verticais B2 (Stop); g) Colocação de um sinal vertical 89a (entroncamento à direita com via sem prioridade) e um sinal B9b (entroncamento à esquerda com via sem prioridade); h) Colocação de oito sinais H7 (passadeira); i) Pintura de quatro passadeiras e pintura do eixo da via em toda a sua extensão. A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A/98 de 01 de Outubro e 41/2002 de 20 de Agosto”. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número doze à votação, sendo deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto treze:** Proposta de sinalização na Rua Eduardo Vasques – Carregosa – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1. A necessidade de disciplinar o trânsito na Freguesia de Carregosa, propõe-se: a) Dois lugares de estacionamento reservado aos CTT na Rua Eduardo Vasques; b) Colocação do sinal vertical “Estacionamento Proibido” numa extensão de 70 m na Rua de Santa Luzia. A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A/98 de 01 de Outubro e 41/2002 de 20 de Agosto”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====

===== Esta proposta surge na sequência de uma proposta vinda da Junta de Freguesia, foi aprovada pela Junta de Freguesia e pelos Órgãos competentes, portanto penso que está em condições de ser aprovada. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número treze à votação, sendo deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto catorze:** Proposta de alteração de sinalização no Centro da Cidade – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1. A necessidade de proceder a algumas alterações na sinalização para melhorar e disciplinar melhor o trânsito no centro da cidade, propõe-se: a) Retirar o sinal “Proibição virar à esquerda” na Rua Ernesto Pinto Basto para permitir que quem venha nesta rua a partir da Rotunda do Rainha possa virar à esquerda para a Rua dos Bombeiros Voluntários; b) Retirar o sinal “Cedência de passagem” na Rua Dr. Salvador Machado e colocar junto à Farmácia na Rua Conde Santiago Lobão; c) Retirar o sinal “Cedência de passagem” na Rua Conde Santiago Lobão sentido Largo de Santo António – Mercado e colocar na mesma rua no sentido Mercado – Largo Santo António para permitir ceder passagem para quem circula na Rua Conde Santiago Lobão desde o largo Santo Antonio até ao centro da cidade. A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A/98 de 01 de Outubro e 41/2002 de 20 de Agosto”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====

===== *Estas alterações resultaram de alguns problemas e alguns constrangimentos que surgiram após a implementação da nova postura. Verificamos que na Rua Ernesto Pinto Basto, mais concretamente na subida do Rainha, junto ao Quartel dos Bombeiros, propomos que seja retirado o sinal de proibição de virar à esquerda e que as pessoas possam virar pelo Académico para a Rua dos Bombeiros. Isto depois, em termos de execução, penso que é possível lá a boa visibilidade, quem vem de cima, e isso vai facilitar, e muito, a possibilidade das pessoas poderem aceder para a parte poente. Face aos problemas decorrentes na Rua Dr. Salvador Tavares Machado, em que havia um sinal de STOP no cimo da Rua Dr. Salvador Tavares Machado, retirou-se o sinal de STOP e colocou-se um sinal de cedência de passagem do lado da Rua Conde Santiago de Lobão, junto à Farmácia Moderna. Por outro lado, entende-se que há que retirar o sinal de cedência de passagem que neste momento existe no sentido Rua Conde Santiago de Lobão/ Rua de Santo António, para permitir que quem venha de Santo António possa ter prioridade na descida pelo mercado, portanto esta é a alínea c) do ponto catorze. ===*

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Arqt.º Jorge Rosa. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Arqt.º Jorge Rosa, do PSD. =====*

===== *A minha intervenção é no sentido de, particularmente no que diz respeito ao entroncamento da Rua Conde Santiago de Lobão com a Rua Dr. Salvador Machado, em que vai ser colocado, ou já está colocado, o sinal de cedência de passagem, chamar a atenção de que as pessoas não estavam habituadas a ele, ele foi colocado de novo, não fosse o estado do pavimento as pessoas vinham com muita mais velocidade. O que é que eu quero dizer com isto? Este sinal novo está a três metros de uma placa do TUAZ, ou seja, sem visibilidade para quem vem do lado dos Correios. Esta situação e algumas outras situações, não vou dizer muitas mas serão várias situações que eu acho que a equipa técnica deveria dar uma volta pela cidade, com calma, e ver pequenitas coisas como esta que são muito importantes para a segurança e para o bom fluir do trânsito na cidade. Outra coisa que não está nesta posição, mas que a mim me preocupa, porque já quase pus em causa a vida dos meus filhos neste cruzamento, é junto ao Alpina, as árvores que estão na “Rua dos Jeitos” estão lá muito bem, sim senhor, só que árvores e sinais luminosos são incompatíveis. Aquilo que eu deixava aqui era uma chamada de atenção para que, pelo menos, fosse colocado um sinal vertical central, tal como foi feito na Farmácia Falcão, para que as pessoas que vêm do sul tenham atempadamente a noção de qual é a cor do sinal luminoso. Esta é uma pequena achega, eu penso que mais importante do que vir para aqui “brincar” com estas coisas, mas importante do que isso é todos contribuirmos e darmos estas pequenas achegas e se calhar até, antes das coisas virem aqui, telefonarem para este ou aquele elemento desta ou daquela Bancada, para colher também uma ou outra sugestão. Tenho dito. =*

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número catorze à votação, sendo deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== ***Ponto quinze:** Proposta de alteração de sentido na Rua Hospedaria da Malaposta, Oliveira de Azeméis – Aprovação. =====*

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta:
1. O perfil estreito da Rua da Hospedaria da Malaposta e o facto de existir estacionamento*

nesta rua, propõe-se: a) Colocação dos sinais “Proibição virar à direita” e “Proibição de virar à esquerda” na Rua Ernesto Pinto Basto; b) Colocação do sinal “Sentido Proibido” no sentido ascendente junto à Pizzaria na Rua Hospedaria da Malaposta; c) Colocação do sinal “Via pública sem saída” na Rua Hospedaria da Malaposta após o cruzamento com a Rua Comandante João Lourenço da Silva; d) Colocação de sinal “Sentido Único” no início da Rua Comandante João Lourenço Silva do lado da Igreja e retirar o sinal “Sentido obrigatório” na Rua dos Bombeiros Voluntários junto ao muro da Igreja. A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto Regulamentar 22-A/98 de 01 de Outubro e 41/2002 de 20 de Agosto.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====

===== Esta alteração surge na sequência também de alguns problemas. Esta Rua Hospedaria da Malaposta é aquela que fica por detrás da Bombeiros Voluntários, do quartel. Quem subia a Rua Ernesto Pinto Basto tinha a possibilidade de subir e também havia a possibilidade de descer. A rua é estreita, há viaturas estacionadas de ambos os lados e o que vamos aqui alterar é permitir que a entrada para esse espaço seja ao lado da Igreja Matriz, que se entre por aí e que isso seja apenas em sentido descendente nesta zona Rua da Hospedaria da Malaposta. Esta proposta também resulta de uma solicitação dos Bombeiros Voluntários. ===

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quinze à votação, sendo deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezasseis:** Proposta de postura de trânsito na Rua Eng.º Carlos Ribeiro, Oliveira de Azeméis – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: Uma maior fluidez de trânsito no centro da cidade, facilitando a circulação de veículos para a parte poente da cidade, propõe-se: a) Que se permita virar à esquerda na Rua Eng.º Carlos Ribeiro para a Rua Bento Carqueja, permitindo assim, que o trânsito circule apenas num pequeno troço desta rua pedonal, seguindo depois pela Rua da Igreja Matriz de forma a existir uma maneira de fazer inversão de marcha e aceder à parte poente da cidade; b) Que se coloque um sinal vertical D2c (sentidos obrigatórios possíveis) na Rua Eng.º Carlos Ribeiro; c) Que se coloque um sinal D2a (sentidos obrigatórios possíveis) e um sinal C1 (sentido proibido) na Rua António Pinto de Carvalho. A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto – Regulamentar 22-A/98 de 1 de Outubro e 41/2002, de 20 de Agosto.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos à Assembleia Municipal.* =====

===== *Esta proposta tem aqui um pequeno lapso, porque está em contradição com a situação existente e com a proposta de postura que vem no ponto dezoito, alínea a), ou seja, quem vem da Rua dos Bombeiros Voluntários tem hoje a possibilidade de transitar em frente à Igreja Matriz e de aceder depois à Travessa da Igreja Matriz por esse espaço. Neste momento esta solução tem sido bem aceite. Esta proposta a), o que permitia era que no cimo da Rua Eng.º Carlos Ribeiro, junto aos Correios, se mantivesse como estava no passado e isso é um espaço de conflito, porque neste momento quem vem da Zona Industrial e desce o “Despertar”, conforme aqui na alínea c) é obrigado a virar à esquerda, mas aí gerava-se um ponto de conflito que importa evitar e, portanto, vai-se manter neste momento ainda a possibilidade de circular em frente à Igreja Matriz e este ponto a) era para anular, para ser retirado.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição do Arqt.º Jorge Rosa, Helder Simões, Bruno Aragão e Dr. Vieira Dias.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Arqt.º Jorge Rosa, do PSD.* =====

===== *Eu peço desculpa pela minha intervenção, mas não sei se estou perfeitamente conhecedor daquilo que está aqui em causa. Pelo que eu percebi passar em frente à Igreja vai deixar de ser possível?* =====

===== *O Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares esclareceu:* =====

===== *Vai manter-se possível e isso consta da alínea a) do ponto dezoito.* =====

===== *O Arqt.º Jorge Rosa continuou a sua intervenção:* =====

===== *A vontade é que quem desce a “rua do Monteiro” possa também dirigir-se à rua?*

===== *O Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares esclareceu:* =====

===== *O que eu dizia é que esta proposta constante da alínea a) geraria um ponto de conflito entre as pessoas que descem a “rua do Monteiro” e a pessoas que queriam virar para a Bento Carqueja, ali ao lado dos Correios. Para evitar esse ponto de conflito, vai manter-se a mesma solução que consta da alínea a) do ponto dezoito, ou seja, as pessoas que queriam aceder à parte nascente da Igreja, à parte detrás da Igreja, podem passar em frente à Igreja e cortar à esquerda, ao lado da S3. Quem vem da antiga biblioteca ou das antigas finanças vira à esquerda em frente à Igreja Matriz e depois vira novamente à esquerda e nos correios tem de virar sempre à direita.* =====

===== *O Arqt.º Jorge Rosa continuou a sua intervenção:* =====

===== *Está percebido, eu não tinha percebido, peço desculpa pela minha dificuldade. O facto é que há muitas questões que são importantes, que parecem não ter importância, mas ao*

contrário do que o meu Colega disse, que não deveríamos andar sempre a mudar por dá cá aquela palha, eu acho que apesar do novo esquema viário estar há pouco tempo, acho que já era tempo de ser feita uma avaliação e numa outra situação ser posta em causa e corrigido, não pelo medo, não pela vergonha de andarmos aqui para trás e para a frente, mas mais uma vez aquilo que é importante é o bem-estar dos Oliveirenses e todos aqueles que passam na nossa cidade. E deixo aqui este apontamento mais uma vez: eu estou disponível, e acho que deveríamos estar disponíveis, para colaborar com quem de direito, antes mesmo destes assuntos chegarem a esta Mesa. Tenho dito. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS. =====

===== Boa tarde, considerem-se todos cumprimentados. Eu acho que esta situação que nos é colocada aqui, e eu já vinha preparado para ela, ainda bem que o Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares fez questão de assumir claramente, que tal como foi entregue a proposta nós íamos nesta Assembleia votar uma questão e daqui a dois pontos votar o seu contrário exactamente. Isto ilustra tudo aquilo que o Bruno acabou de dizer há bocado, ou seja, isto é o desnorte total e completo, ou seja, os mesmos serviços da Câmara Municipal propuseram que na Rua Bento Carqueja se pudesse circular no sentido descendente e daqui a dois pontos da Ordem de Trabalhos os mesmos serviços da Câmara Municipal vão propor exactamente o contrário, que não se possa circular naquela rua, a não ser para cargas e descargas. E o Bruno diz, e com razão, não faz sentido, é preciso criar hábitos nas pessoas, as pessoas habituem-se, não podemos andar aqui sistematicamente a alterar sentidos de trânsito por conveniência, porque as pessoas reclamam entretanto, é natural que reclamem, porque também não é legítimo, Senhor Presidente, que se coloquem sinais, eu percebo que o objectivo foi o melhor, foi disciplinar o trânsito e facilitar, por exemplo, na questão no cimo da Rua Dra. Salvador Machado, mas aquele sinal que lá está, cedência de passagem na Rua Conde Santiago de Lobão, para já esteve ilegal e qualquer um de nós que está nesta Assembleia se tivesse uma multa era a Câmara Municipal que pagava porque aquele sina não vale nada até ao dia de hoje e, portanto, se houvesse algum acidente quem pagava era o Município e isto são questões que nós devemos evitar, eu percebo a bondade da situação. Depois, tal e qual como ele está e o objectivo que pretende cumprir também não cumpre, porque ele está colocado antes do corte para o quelho do Marcelino e, portanto, não vale nada, vale para o quelho do Marcelino, não vale para a Rua Dr. Salvador Machado. Estas coisas são feitas sem critério. Eu percebo que haja boa intenção, mas isto é o desnorte total e absoluto. Nós devíamos fazer um estudo global, não podemos andar aqui a dizer aos Oliveirenses, a partir de agora muda o trânsito no dia 30 de Abril e passado três meses estamos a mudar. Senhor Presidente, são catorze ou quinze propostas de trânsito que hoje temos na Assembleia, sete ou oito delas dizem respeito a questões de trânsito em Oliveira de Azeméis e quantas vão continuar. Eu percebo o Arqt.º Jorge Rosa de que nós temos é de colaborar e dar propostas, disse isso e muito bem, mas não podemos é andar a fazer isto de forma avulsa e esporádica, esporádica não que é sistemática, porque os Oliveirenses a seguir vão dizer “aqueles Senhores que ali estão andam a brincar connosco”, é isto que as pessoas dizem, todos os dias mudam sinais em Oliveira de Azeméis. Eu percebo a bondade, Senhor Presidente, mas façamos isto de uma vez, estudemos os planos, nenhum de nós é técnico de trânsito, podemos dar achegas no bom espírito de boa fé, mas nenhum de nós é técnico de trânsito, deixemos os técnicos de uma vez por todas fazer um estudo como deve ser porque qualquer dia, Senhor Presidente, vamos chegar à conclusão, quando entrarem as tais ditas Vias Estruturantes vamos ter de reformular tudo outra vez, porque o trânsito vai circular

de outra forma. Portanto, vamos andar aqui sempre nisto, quanto a Autarquia gasta com os recursos humanos a mudar sinal, a tirar sinal, faz-me lembrar aquilo que aconteceu esta semana no IC2, que é ridículo, tira pino põe pino, foi a situação. Os Oliveirenses, os cidadãos não gostam disto, isto não é servir a população. Obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== De alguma forma o Helder acabou por responder e esclarecer algumas questões, que foi abusiva a interpretação que fizeram das minhas palavras disso eu não tenho dúvida nenhuma. Eu disse uma coisa muito simples e não vale a pena, enfim, esboçarem esses sorrisos, é que isto é uma questão eminentemente técnica, não tem nada de política. Há vários técnicos na Câmara Municipal. Ponham um técnico que se debruce sobre esta ordenação de uma ponta à outra da cidade, porque umas ruas influenciam com as outras e têm o assunto resolvido. É uma questão tão simples quanto isto, não pus a questão deste ou daquele sinal. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Dr. Vieira Dias, do CDS/PP. =====

===== É muito breve a minha intervenção, é simplesmente sugerir que talvez elementos, aliás como já foi sugerido pelo Colega Jorge Rosa, e outros, que um elemento de cada Grupo da Assembleia Municipal acompanhe elementos da divisão de trânsito, in loco, dando um apoio e algumas sugestões. Por exemplo, na Rua Dr. Salvador Machado, se o estacionamento é longitudinal, porque é que sai da bacia de estacionamento ou da baía de estacionamento e se põe o carro oblíquo. Há muitas coisas que têm que ser corrigidas. Agora, estas correcções convinham que fosse uma equipa a acompanhá-las, porque vários olhos são mais do que dois ou três. =====

===== O Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares esclareceu: =====

===== O sinal que lá está é o sinal que o Senhor Dr. disse, e se as pessoas estacionam de outra forma, não é da competência da Câmara. =====

===== O Dr. Vieira Dias continuou a sua intervenção: =====

===== Senhor Dr. muito obrigado, simplesmente há o seguinte: algumas marquinhos que se fazem, os pontos de estacionamento para mais é a pagar, são os traços brancos que nunca foram postos. Eu propunha, e vou entregar uma proposta para que um elemento de cada Grupo acompanhe a divisão de trânsito da Câmara Municipal quando houver alterações. Pode não ser aprovado mas eu entrego. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezasseis à votação, sendo deliberado por unanimidade aprovar a seguinte proposta: “Tendo em conta: Uma maior fluidez de trânsito no centro da cidade, facilitando a circulação de veículos para a parte poente da cidade, propõe-se: - Que se coloque um sinal vertical D2c (sentidos obrigatórios possíveis) na Rua Eng.º Carlos Ribeiro; - Que se coloque um sinal D2a (sentidos obrigatórios possíveis) e um sinal C1 (sentido proibido) na Rua António Pinto de Carvalho. A

sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto – Regulamentar 22-A/98 de 1 de Outubro e 41/2002, de 20 de Agosto.” =====

===== **Ponto dezassete:** *Proposta de sinalização em dia de Feira - Nogueira do Cravo – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1. Que ao dia 27 de cada mês existe a Feira em Nogueira do Cravo e incompatibiliza a circulação de veículos pesados no Largo da Feira; 2. A necessidade de assegurar a circulação dos veículos pesados que fazem cargas e descargas no armazém “António Oliveira Borges Comercio de Ferro, Lda.”; 3. A falta de uma alternativa viável para resolver a situação, propõe-se: a) Que excepcionalmente nos dias de feira se permita a circulação de veículos pesados no troço onde existia o antigo “Las Vegas”, colocando junto ao sinal existente de proibição a pesados a placa adicional “Em dias de Feira”, ficando a Junta de Freguesia incumbida de colocar o dia em que se realiza a Feira (já que a Feira ocasionalmente acontece noutro dia que não o 27); que se coloquem dois sinais verticais C3b (trânsito proibido a pesados) antes do Largo da Feira quem vem do antigo “Las Vegas”. A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto - Regulamentar 22-A/98 de 01 de Outubro e 41/2002 de 20 de Agosto. Esta solução, por fazer com que os veículos pesados cruzem com autocarros que fazem o circuito das Escolas de S. Roque, pressupõe o apoio da GNR (já contactada para o efeito) na via do antigo “Las Vegas”, pois esta tem um perfil estreito; - Existe a possibilidade de se prolongar a Rua do Souto (onde existe o armazém em causa) até à Rua do Regedor, evitando assim que os pesados passem no Largo da Feira e no arruamento estreito que se propõe.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos à Assembleia Municipal.* =====

===== *Esta proposta foi elaborada em consonância com a Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo e, portanto, penso que o Senhor Presidente está de acordo, os serviços técnicos assim o formularam, portanto penso que não há motivo para discórdia.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezassete à votação, sendo deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dezoito:** *Proposta de postura de trânsito na Rua Bento Carqueja – Oliveira de Azeméis – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1. Uma maior fluidez no centro da cidade, facilitando a circulação de veículos para a parte poente da cidade e evitando a concentração de veículos na Rua 25 de Abril; 2. A necessidade de impedir a circulação e estacionamento abusivo na parte mais a norte da Rua Bento Carqueja e*

limitar esta rua para cargas e descargas; 3. A impossibilidade de colocação de separador na Rua 25 de Abril na intersecção desta com a Rua António Pinto de Carvalho, propõe-se: a) Que se coloque sinal vertical C2 (trânsito proibido) com placa adicional “Excepto cargas e descargas”, na Rua Bento Carqueja junto aos CTT; b) Que se coloque um sinal vertical B2 (STOP) na Rua Bento Carqueja junto à lavandaria; c) Que se coloque um sinal C3c (trânsito proibido a automóveis de mercadorias) na Rua Bento Carqueja na intersecção desta com a Rua dos Bombeiros Voluntários; d) Que se coloque um sinal C1 (sentido proibido) e um sinal D1b (sentido obrigatório - esquerda); e) Que se coloque um sinal D2a (sentidos obrigatórios possíveis) na Rua dos Bombeiros Voluntários. A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo como Decreto Regulamentar 22-A/98, de 01 de Outubro e 41/ 2002, de 20 de Agosto.” =

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====

===== Já foi dada a explicação. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição do Eng.º Joaquim Jorge Ferreira e Arqt.º Jorge Rosa. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, do PS. =====

===== Senhor Presidente, vai-me desculpar mas eu não venho falar sobre este ponto, eu não sei se perceberam a importância, para isto não voltar cá outra vez, da colocação do sinal, julgo que era no ponto catorze, a seguir ao quelho do Marcelino. Se ficou percebido, se ficou assumido que vai ser assim, para isto não voltar cá outra vez. Ficou assumido isso? No mapa não tem essa localização e convinha que ficasse lá mesmo o sinal, porque entende-se que baralha, quem não conhece. =====

===== O Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares esclareceu: =====

===== Isso também vai carecer de aprovação da Câmara Municipal, é assim que a Lei diz. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Arqt.º Jorge Rosa, do PSD. =====

===== Eu hoje estou a ser chato, se calhar, mas mais vale falar do que engolir e não ficar bem disposto. O que é que eu queria dizer? Em relação a esta postura de trânsito, vem na continuidade daquilo de que já falamos, uma coisa também que não está ali e tem que estar pelos vistos, porque os Oliveirenses graças ao seu civismo deficiente, assim não o cumprem. Neste troço é imprescindível um estacionamento proibido, porque continuam as pessoas a estacionar de qualquer forma em frente à drogaria, em frente à perfumaria, em frente a todo o lado. Ali, esta postura de trânsito não contemplaria isso. Mais, se fosse eu a fazer esta postura

de trânsito, nunca poria um sentido proibido na posição que está acolá a ser colocado junto aos Correios, poria sim um proibido virar à esquerda, porque quem vem de baixo tem dificuldades e quem está a subir a rampa do mercado e não está habituado a esta nova postura de trânsito não percebe aquele sinal, porque ele está em cima de um entroncamento que é de uma forma dúbia. Das duas uma: ou é obrigado a virar à direita ou é proibido virar à esquerda. O sentido proibido está completamente despropositado na minha opinião. =====

===== O Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares esclareceu: =====

===== Colocação de um sentido obrigatório no cimo da Rua Eng.º Carlos Ribeiro, que é para virar à direita. Este trânsito proibido é para quem desce a Rua António Pinto Carvalho, mais para esse caso, a “Rua dos Monteiros”. Na proposta dezasseis há um sentido obrigatório para o lado direito. =====

===== O Arqt.º Jorge Rosa continuou a sua intervenção: =====

===== Muito bem, temos duas propostas de trânsito, se forem as duas aprovadas, o que é que é verdade? =====

===== O Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares esclareceu: =====

===== Só foi eliminada a alínea a). =====

===== O Arqt.º Jorge Rosa continuou a sua intervenção: =====

===== Na minha opinião, aquele proibido tem que ir embora e tem que ficar aquilo que está na proposta dezasseis efectivamente, ou um proibido virar à esquerda. =====

===== O Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares esclareceu: =====

===== Na proposta dezasseis, quem sobe a Rua Eng.º Carlos Ribeiro é obrigado a virar à direita. =====

===== O Arqt.º Jorge Rosa continuou a sua intervenção: =====

===== Aquilo que está na proposta dezasseis é um sinal, pelo menos o símbolo diz “direita ou esquerda”. =====

===== O Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares esclareceu: =====

===== Na alínea c) quem desce a Rua António Pinto Carvalho é obrigado a virar à esquerda. =====

===== O Arqt.º Jorge Rosa continuou a sua intervenção: =====

===== Então, estamos de acordo, tanto na proposta dezasseis como na proposta dezoito está mal. Na proposta dezasseis temos obrigatório virar à direita ou à esquerda, isto é mentira, isto não vai para a frente; na proposta dezoito, temos um sentido proibido nesta posição que na

minha opinião está errado. Se vocês perceberam isso, eu pergunto: quem está na estrada percebeu? Então, são precisos dois sinais, um para quem está a descer o Monteiro para não virar à direita e quem está a subir a Eng.º Carlos Ribeiro é obrigatório virar à direita. Eu penso que toda a gente percebeu, é preciso é corrigir. =====

===== O Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares esclareceu: =====

===== Quem sobe a Rua Eng.º Carlos Ribeiro é obrigado a virar à direita, isto foi chumbado na alínea a). =====

===== O Arqt.º Jorge Rosa continuou a sua intervenção: =====

===== Eu peço desculpa, eu se calhar sou muito burro, porque com aquele sinal ao cimo da Rua Eng.º Carlos Ribeiro eu não tenho obrigatoriamente que virar para o lado da Igreja, eu podia subir o Monteiro. A sinalização do mapa do ponto dezasseis está errada, na minha opinião, e a sinalização no mapa do ponto dezoito está errada. Aquilo que eu estou a dizer é que o que sai daqui hoje só pode ser uma coisa: quem sobe a Eng.º Carlos Ribeiro obrigatoriamente vira à direita. É isso? Estamos de acordo. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezoito à votação, sendo deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto dezanove:** Proposta de alteração de trânsito na freguesia de Carregosa – Aprovação. =====*

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: A necessidade de alterar o trânsito em Carregosa, propõe-se que: a) No início da Rua Nova que sai da 13 de Julho (EN 227) em direcção à rotunda da Cavadinha, deixe de existir o sinal “Proibição a pesados de mercadorias a 500m”; b) Na saída da rotunda da Cavadinha para a Avenida da República, deixe de existir o sinal “Proibição a pesados de mercadorias”; c) No início da Rua do Presigo, perpendicular à Avenida da República, deixe de existir o sinal “Proibição pesados de mercadorias”. A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto - Regulamentar 22-A/98, de 1 de Outubro e 41/2002, de 20 de Agosto”. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====

===== É outra proposta que também surgiu na sequência de uma aprovação pelos Órgãos competentes da Junta de Freguesia de Carregosa. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezanove à votação, sendo deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte:** *Proposta de colocação de sinais “STOP”, na freguesia de Fajões – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta: 1- A necessidade de disciplinar o trânsito na freguesia de Fajões, propõe-se: a) a colocação de um sinal “STOP”, na Travessa de S. Martinho; b) A colocação de um sinal “STOP”, na Rua Professor M. P. Neves, junto à escola de Casal Marinho. A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto – Regulamentar 22-A/98, de 1 de Outubro e 41/ 2002, de 20 de Agosto.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos à Assembleia Municipal.* =====

===== *Esta proposta também resulta de uma sugestão da Junta de Freguesia.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte à votação, sendo deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto vinte e um:** *Proposta de criação de um lugar de estacionamento de cargas e descargas na baía de estacionamento da Rua de Rio Velho, em Cucujães – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “ Tendo em conta: 1- A necessidade de disciplinar o estacionamento na freguesia de Cucujães, propõe-se: a) A colocação de sinal vertical “Parque autorizado”, com placa adicional “Cargas e Descargas” na baía de estacionamento na Rua de Rio Velho. A sinalização vertical deverá ser colocada de acordo com o Decreto – Regulamentar 22-A/98, de 1 de Outubro e 41/ 2002, de 20 de Agosto.”*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos à Assembleia Municipal.* =====

===== *Também resulta de um pedido.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e um à votação, sendo deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto vinte e dois:** *Proposta de circulação de automóveis pesados no Centro da Cidade – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “1. A necessidade de definir um percurso viável para os veículos pesados, evitando a sua circulação pelas ruas do centro da cidade; 2. Permitir o acesso deste tipo de veículos a empresa, designadamente: “Lactogal”, o “Pingo Doce”, a “Azevedo e Campos”, a “Cin”, a “Opel”, a empresa de construção “Prezas” no lugar da Escravilheira, propõe-se: a) A colocação do sinal C3d (Trânsito Proibido a automóveis de mercadorias com peso superior a 3,5 ton) nas seguintes ruas: Rua Dr. Ernesto Soares dos Reis, na Rua Manuel Brandão (sentido poente - nascente), na Avenida Cesar Pinho (sentido nascente - poente), no início da Avenida Ernesto Pinto Basto (com placa adicional “100m”), na Avenida Ernesto Pinto Basto (logo a seguir ao cruzamento com a Rua 12 de Dezembro), na Rua Professora Ascensão Gândara Santos, Rua Carlos Osório, Rua 16 de Maio e no início da Rua Doutor Simões dos Reis”.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos à Assembleia Municipal.* =====

===== *Esta proposta resulta da necessidade de disciplinar e ordenar o trânsito das viaturas pesadas no centro da cidade, principalmente o acesso a determinadas empresas que aqui estão previstas e no fundo traduz-se no seguinte: quem quiser aceder à Lactogal, ao Pingo Doce, no Rainha, e à Azevedo & Campos, tem a possibilidade de vir pela Avenida D. Maria, passa a zona da Praça da Cidade, a Rua Aníbal Beleza e depois ou vira à esquerda na rotunda do Rainha para a Azevedo & Campos ou Lactogal ou tem a possibilidade de subir até a zona em frente ao parque de estacionamento da Câmara, sobe até aí, e virar à esquerda para fazer a descarga no Pingo Doce, porque depois daí para cima é proibido o trânsito a pesados. É proibido o trânsito também a pesados na rotunda da Churrasqueira Africana, é proibido o trânsito na rotunda do stick e na Rua Manuel de Arriaga. Portanto, o acesso dos pesados aí para nascente é proibido. Quem vai para a Cin e a Opel tem a possibilidade de vir pela Rua da Portela, chega ali à Laje, passa pela Rua Dr. Artur Correia Barbosa e aí tem a possibilidade de junto ao Caracas subir e aí pode aceder à Opel, pode virar para a Av. António José de Almeida e dirigir-se à Cin, frente à BP. Só é permitida a saída, ou pela Av. António José de Almeida, ou novamente descer a Rua da Portela, ou então vai à Rua Manuel Alves Soares, fica impedida a descida pela rua da esquina da Renault para baixo, que vai dar à Rua Dr. Artur Correia Barbosa. No fundo são estas as alterações propostas.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e dois à votação, sendo deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito:* =====

===== *Terminado que está o período do trânsito, eu pegava na sugestão, na proposta que o Senhor Dr. Vieira Dias apresentou e fazia a seguinte sugestão, se o Senhor Dr. Vieira Dias me deixar usar a sua proposta. É uma recomendação ao Senhor Vereador, que quando estiver na fase de colocação destes sinais, até porque se percebeu que há aqui Membros da Assembleia Municipal, e ainda bem, que acompanham estas coisas com todo o cuidado, como deve ser, que quando a brigada da Câmara Municipal andasse a colocar os sinais, ainda com os sacos pretos, depois fosse marcada uma visita com um Membro de cada Bancada, porque às vezes há pequenos pormenor, eu já percebi que aqui ou no quelho do Marcelino, ou noutra sítio, o sinal estar um metro mais à frente ou um metro mais atrás, há uma sensibilidade da nossa parte que pode ajudar a resolver o problema. Portanto, quem estiver disponível, e seguramente que vamos ter muitas pessoas disponíveis, podem dar a sua ajuda e o seu contributo. A segunda sugestão que eu fazia é que a Câmara Municipal colocasse atempadamente nos jornais locais e regionais estas alterações ao trânsito, porque senão os utentes habituais têm maiores dificuldades quando estas alterações são feitas e qualquer um de nós nesta sala já cometeu algum erro, e somos nós que aprovamos os sinais e quando damos conta estamos a fazer asneiras. Portanto, chamava só a atenção para estes pormenores que podem ser “pormenores”. =====*

===== ***Ponto vinte e três:** Fornecimento de refeições nos Jardins-de-infância e EB1s do Concelho para o ano lectivo 2008/2009 – Repartição de encargos orçamentais, em mais do que um ano económico – Autorização. =====*

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “ Ao abrigo da competência em mim delegada pela Câmara Municipal para realização de despesas até EUR 748.196,00 (setecentos e quarenta e oito mil, cento e noventa e seis euros), de acordo com a deliberação do Órgão Executivo de 27 de Outubro de 2005 e de acordo com o previsto no n.º 2, do artigo 29º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, e considerando: 1º - A necessidade de se proceder, de acordo com a informação do Gabinete de Apoio Sócio-Educativo, à abertura de um procedimento para fornecimento de refeições nos Jardins-de-Infância e EB1's do Concelho de Oliveira de Azeméis durante o ano lectivo 2008/2009; 2º - Que o valor total estimado deste fornecimento é de EUR 436.368,80 (quatrocentos e trinta e seis mil, trezentos e sessenta e oito euros e oitenta centimos), para um período de vigência de onze meses (Setembro de 2008 a Julho de 2009), sendo a verba distribuída do seguinte modo: para o ano de 2008 (Setembro a Dezembro) prevê-se uma verba de EUR 167.668,80 (cento e sessenta e sete mil, seiscentos e sessenta e oito euros e oitenta centimos), para o ano de 2009 (Janeiro a Julho) prevê-se uma verba de EUR 268.700,00 (duzentos e sessenta e oito mil e setecentos euros). A todos estes valores acresce o IVA à taxa legal em vigor; 3º - E que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1º, do artigo 22º, do referido diploma legal, de EUR 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito centimos), no ano seguinte ao da sua contração; Informo o Órgão Executivo que deverá submeter para autorização do Órgão Deliberativo a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico de acordo com os valores estimados referenciados no ponto 2, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, conjugado com o seu n.º 6 e demais disposições legais do citado diploma, que regulam o concurso público disposto no capítulo IV, do Decreto-lei 197/99, de 08 de Junho.” =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *No âmbito da preparação do novo ano lectivo 2008/2009 torna-se necessário desenvolver o procedimento para o fornecimento de refeições para os jardins-de-infância e EBI do nosso Município. O valor estimado deste fornecimento é € 436.368,80 (quatrocentos e trinta e seis mil, trezentos e sessenta e oito euros e oitenta cêntimos), distribuindo-se esta verba da seguinte forma: ano de 2008 (Setembro a Dezembro) uma verba de € 167.668,80 (cento e sessenta e sete mil, seiscentos e sessenta e oito euros e oitenta cêntimos); ano de 2009 (Janeiro a Julho) uma verba de € 268.700,00 (duzentos e sessenta e oito mil e setecentos euros). Dado que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta de planos ou programas plurianuais aprovados, submetemos à autorização desta Assembleia Municipal a repartição dos encargos orçamentais com o fornecimento referido em mais de um ano económico, de acordo com os valores indicados.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e três à votação, sendo deliberado por unanimidade autorizar a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, para fornecimento de refeições nos jardins-de-infância e EBI's do concelho para o ano lectivo de 2008/2009.* =====

===== **Ponto vinte e quatro:** *Alterações ao Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e Utilização Onerosa da Cidade – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta que: Na data de 18 de Abril de 2008 em reunião de Câmara foi deliberado a enviar para discussão pública a proposta de alteração do Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada e Utilização Onerosa da Cidade. Seguidamente procedeu-se à publicação da proposta no Boletim Municipal n.º 41 do mês de Abril do corrente ano para efeitos de discussão pública da proposta. O período de discussão pública decorreu pelo prazo de 30 dias e não foram recolhidos nem formuladas quaisquer contribuições ou observações à proposta. Sendo assim, em cumprimento do estabelecido no art.º 118.º do Código do Procedimento Administrativo, submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos do estabelecido na alínea a) n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar os devidos esclarecimentos à Assembleia Municipal.* =====

===== *Estas alterações resultam, por um lado, de alguns problemas que foram colocados pelos munícipes e, por outro, de um estudo que foi feito e que levou à conclusão de que para limitar e disciplinar o estacionamento na nossa cidade havia que fazer estas correcções. Uma delas, tem a ver com alterar-se o horário do estacionamento nas zonas de estacionamento de*

duração limitada, que antes era pagável das 08h às 20h e agora é entre as 09h e as 19h, portanto há aqui uma redução de duas horas na onerosidade do estacionamento. Passa a haver uma única zona de estacionamento de duração limitada, portanto antes havia a zona A e a zona B e passa a haver uma única zona, sendo que o período máximo de estacionamento é de três horas, o correspondente à anterior zona A, e o pagamento da primeira hora é de € 0,50 (cinquenta cêntimos), o valor de estacionamento. Também foi alterada a mancha do estacionamento de duração limitada com o objectivo apenas que é sempre que se fizer ou sempre que se criar uma nova rua na cidade não ser necessário alterar o regulamento de estacionamento desde que esse parqueamento se situe dentro desta mancha. Apenas com esse objectivo, sendo que também que qualquer parqueamento de uma nova rua na cidade será objecto de aprovação na Câmara. =====

===== Ausentou-se o Dr. Luís Filipe Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Fajões. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição do Dr. Vieira Dias e Senhor Helder Simões. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedido o uso da palavra ao Dr. Vieira Dias, do CDS/PP. =====

===== Muito boa vontade da Câmara Municipal. Há muitas vezes Munícipes, ou grandes viajantes, vamos chamar assim, que não cumprem. E no que respeita ao estacionamento de pesados, nós não temos nenhuma zona de privilégio para o estacionamento de pesados e começam a ser colocados perigosamente no acesso à IC2, o que não é admissível porque tiram a visibilidade, porque perturbam e inclusivamente nas próximas rotundas do IC2. A Câmara tem de actuar nisso, a Guarda República ou quem de direito. Inclusivamente estão ali durante a noite, sem iluminação por vezes suficiente e isto precisa também de ser acautelado. Pergunta-se: tem algum sítio onde se possa parquear os pesados? É que talvez eles também tenham algum direito, agora também estar vinte e quatro horas seguidos não e fins-de-semana. Vamos passar agora ao assunto das motorizadas, que aliás o Senhor Dr. nesse aspecto não falou nisso, mas tem que haver zonas específicas. Muitas vezes assiste-se a um triste drama de uma motorizada, que não paga, ocupar um lugar e estar ali assim. Vão dizer que eu estou a puxar o peixe para a minha sardinha, mas não estou. O peixe nem a sardinha são meus, não vou puxar a brasa para minha sardinha. Na Rua Leopoldo Soares dos Reis há um sinal que foi posto com boa intenção por parte da Câmara Municipal, para desembarque e embarque de doentes e esse lugar não é ocupado para isso, é ocupado inclusivamente por quem estaciona lá duas, três, quatro ou cinco horas. Quando estaciona mais do que uma hora sem pagar, naturalmente quando a guarda lá vai, mas muitas vezes está lá o carro naquele sítio onde devia ser um entra e sai, podia um automóvel ou qualquer outra coisa que tire o passageiro doente ou que o vá buscar e ficam lá horas seguidas. E claro que há muitas coisas que infelizmente, eu já estou a chegar à conclusão que ou se entra no bolso ou então nada feito. Era só isso Senhor Dr. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS. =====

===== Em relação a estas alterações que nos são propostas ao regulamento, há aqui que fazer uma retrospectiva num passado muito recente, porque no dia 18 de Março, em reunião do

Executivo, foi aprovada esta proposta que nos é trazida aqui hoje e ficou, aliás isto foi amplamente até divulgado nos jornais, o próprio Presidente da Câmara disse e informou claramente de que iria deixar de haver duas zonas de estacionamento A e B, e vem taxativamente no jornal que a zona que ficava era a zona B, portanto os preços que vigoravam eram os preços que estavam em vigor na zona B. Bem, isso era uma mais valia para os Oliveirenses. Aquilo que verificamos afinal de contas é que os preços que vão vigorar são os da zona A, portanto tudo o que é zona B vai encarecer em alguns casos 30% ou 40%, não fiz as contas ao certo, mas nesta perspectiva, e vai aqui fazer exactamente o contrário do que era pressuposto fazer-se com a introdução dos parquímetros, ou seja, quando se colocaram os parquímetros, bem é preciso disciplinar o centro da cidade, as pessoas estacionam indeterminadamente no centro da cidade e não permitem que os comerciantes, as pessoas vão ao comércio, etc., foi esse o argumento, criou-se duas zonas, uma mais periférica da cidade e uma no núcleo central da cidade. Agora, vamos por tudo por igual outra vez, com a agravante de que dantes não havia parquímetros e agora passa a haver parquímetros. Portanto, não vai valer a pena um Oliveirense procurar um lugar mais fora do perímetro urbano da cidade para vir trabalhar para o centro, vai ter que vir trabalhar, e vai, e mais vale ir para perto do local do trabalho, do comércio, etc.. Portanto, não vai valer a pena rigorosamente nada esta alteração, no meu entender e no entender do Partido Socialista, vai desvirtuar tudo aquilo que foi o objectivo na altura da criação das duas zonas, e bem, foram bem feitas, independentemente dos valores que foram praticados. Não havendo nenhuma diferenciação positiva, ninguém vai procurar um lugar alternativo mais longe do centro da cidade ou local para onde tem que ir. Portanto, isto vai prejudicar claramente quem tem zonas comerciais no centro da cidade. Vai também prejudicar, porque quando se abre aqui esta mancha, o Dr. Ricardo Tavares diz “as novas ruas que forem parqueadas têm de ir a reunião de Câmara, esperemos que sim, porque esta mancha permite colocar parquímetros para lá do IC2, ou seja, isto já é de certa forma cair um bocado no ridículo. As pessoas têm que ter alternativas e, portanto, há quem tenha possibilidades de ter garagens, mas as pessoas têm de ter alternativas locais. Vão perder o parque que têm junto ao Rainha, o largo que hoje em dia era utilizado, onde vai ser construído o shopping, vão perder esse parque, e há aqui questões claramente opostas. Obviamente que isto não traz só desvantagens e há aqui uma questão que já era amplamente debatida, que a questão do horário deveria ser encurtado e aí estamos de acordo, agora discordamos claramente da opção estratégica que é tomada, que é tratar tudo por igual o que não é igual, quando foi o argumento utilizado aquando a introdução dos parquímetros. Esta é questão fundamental, o facto de se passar a taxar tudo por igual, tratar tudo pelo mais caro ainda por cima, para nós a é a questão fundamental para não votarmos favoravelmente este regulamento. Era só isso que queria dizer, há coisas positivas, mas esta alteração para nós é fundamental, nós não a faríamos, é mais um ónus, mais um encargo com que vão sobrecarregar os Oliveirenses. Obrigado. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e quatro à votação, sendo deliberado por maioria aprovar as alterações ao referido regulamento, com os seguintes votos: a favor - vinte e seis do PSD, um do CDS/PP, um do Presidente da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes; contra - catorze do PS e um do PCP-PEV. =====

*===== **Ponto vinte e cinco:** Alteração ao Regulamento Municipal do Idoso – Aprovação.*

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1- O período de discussão pública obrigatória, que se seguiu à aprovação da proposta que aprovou as alterações ao regulamento supra citado, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas; 2- A discussão pública terminou no dia 30.05.2008, em face do decurso do prazo legal da mesma, contado a partir da publicação das alterações ao Regulamento em Boletim Municipal, não tendo chegado a este Município quaisquer contributos ou propostas de alteração; 3- Que, em face disso, encontra-se o referido Regulamento em condições de ser definitivamente aprovado; 4- Que compete à Câmara Municipal, no que respeita às suas relações com outros Órgãos Autárquicos, apresentar, à Assembleia Municipal, propostas e pedidos de autorização, designadamente em relação às matérias constantes dos n.º 2 a 4 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro e posteriores alterações, e que compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da Câmara, aprovar as posturas e regulamentos do Município com eficácia externa (art.º 53.º n.º 2 alínea a) da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro e posteriores alterações), propõe-se: 1- Que se submeta o presente Regulamento ao Órgão Executivo, elaborado com fundamento legal nos art.ºs 112.º, n.º 8 e 241.º da Constituição da República Portuguesa, e art.ºs 64.º n.º 4 alínea c) e n.º 6 alínea a), e 53.º, estes da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, para aprovação definitiva, por forma a remetê-lo à Assembleia Municipal para a devida aprovação. 2- Após aprovação, a remessa do mesmo para publicação imediata no boletim municipal”.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Decorrido o período de discussão pública da proposta de alteração ao Regulamento Municipal do Idoso, não se tendo verificado qualquer contributo ou proposta de alteração à mesma, propõe-se a aprovação definitiva do referido regulamento.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e cinco à votação, sendo deliberado por unanimidade aprovar a alteração ao Regulamento Municipal do Idoso.* =====

===== ***Ponto vinte e seis:** Alterações do Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas residuais do Município de Oliveira de Azeméis – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: O período de discussão pública que se seguiu à aprovação da proposta que sugeria, em face de alterações legislativas importantes, a alteração do regulamento supra citado, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas; Que a discussão pública terminou no dia 24.05.2008, em face do decurso do prazo legal da mesma, contado a partir da publicação das alterações ao Regulamento em Boletim Municipal, não tendo chegado a este município quaisquer contributos ou propostas de alteração; Que, em face disso, encontra-se o referido Regulamento em condições de ser definitivamente aprovado; Que compete à Câmara Municipal, no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos, apresentar, à Assembleia Municipal, designadamente em relação às matérias constantes dos n.ºs 2 a 4 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações, e que compete à Assembleia Municipal,*

em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da câmara, aprovar as posturas e regulamentos do município com eficácia externa (art. 53.º n.º 2 alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações), propõe-se: 1. Que se submetam as alterações ao presente Regulamento ao órgão executivo, passando a fazer parte integrante do mesmo após aprovação, elaborado com fundamento legal nos arts. 112.º, n.º 8 e 241.º da Constituição da República Portuguesa, e arts. 64.º, n.º 6, alínea a), e 53.º, estes da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para aprovação definitiva, por forma a remetê-lo à Assembleia Municipal para a devida aprovação. 2. Após aprovação, a remessa do mesmo para publicação imediata no boletim municipal”. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O principal motivo de alteração ao regulamento prende-se com a publicação da Lei n.º 12/2008 de 26 de Fevereiro, que alterou a Lei n.º 23/1996 de 26 de Julho, que é uma das Leis habilitantes do regulamento de águas e que define alguns mecanismos de protecção ao utente de serviços públicos essenciais, nomeadamente: obrigatoriedade de facturação mensal ao cliente/ utente; a criação de tarifas de disponibilidade para infra-estruturas de água e saneamento; a imposição do ónus de prova de notificações feitas pelos clientes/ utentes ser da entidade gestora, pelo que se tornou necessário criar meios para que a despesa com a correspondência registada sejam suportadas pelos consumidores, que não cumpram o pagamento da factura no prazo de pagamento voluntário; obrigatoriedade de proceder à restituição de importâncias de facturação, de consumos e cobrança, com possibilidade de acerto na factura seguinte. Procedeu-se ainda à alteração do art.º da limpeza de fossas, devido a questões de funcionamento e enquadramento de ordem técnica. Submetida à discussão pública, a proposta de alterações a este regulamento, não se tendo verificado qualquer contributo ou proposta de alteração à mesma, propõe a aprovação definitiva do referido regulamento.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e seis à votação, sendo deliberado por maioria aprovar as alterações do Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Oliveira de Azeméis, com as abstenções da Dra. Ana de Jesus (PS), Óscar Oliveira (PCP-PEV) e Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque.* =====

===== **Ponto vinte e sete:** *Inventário final de existência – Ano Económico / 2007 – Rectificação – Apreciação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em consideração a informação da Chefe de Divisão de Compras e Aprovisionamento, na qual transmite a necessidade de completar a informação relativa ao inventário do final de existências submetida a aprovação em reunião da Câmara Municipal em 22/04/2008 e, posteriormente, a apreciação em sessão da Assembleia Municipal em 28/04/2008, remete-se em anexo a informação / documentação identificada, em falta, os quais ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de actas, em cumprimento do estipulado na da alínea c), do nº 2º, do Artº 53º da Lei nº 169/99, na actual redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, para aprovação, com*

retroacção dos seus efeitos à data de aprovação e apreciação da primeira informação/inventário.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. António Rosa, para dar esclarecimentos. =====

===== É apenas a correcção de um lapso aquando da aprovação das contas relativas a 2007, na medida em que, pese embora tenha passado a todos os elementos desta Assembleia e a nós próprios também, na aprovação do inventário final de existências, embora a referência fosse feita a esse facto, a verdade é que a documentação do inventário final não existia, estava apenas o do inicial. Portanto, formalmente, como é óbvio, terá que ser corrigido. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e sete à votação, sendo apreciado favoravelmente o referido documento. =====

===== **Ponto vinte e oito:** 1ª Revisão ao Orçamento e 1ª Revisão ao PPI – Aprovação. =

===== Presente a 1ª Revisão ao Orçamento de 2008, nas componentes de receita e despesa, elaborado nos termos e ao abrigo do ponto 2.3 n.º 2 das condições técnicas e do constante no ponto 8.3.1 das notas sobre o processo orçamental e respectiva execução, do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e a 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de 2008, elaborada nos termos e ao abrigo do ponto 2.3 n.º 2 das considerações técnicas e do constante no ponto 8.3.2 das notas sobre o processo orçamental e respectiva execução, do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== É a 1ª revisão que fazemos e propõe-se a 1ª revisão ao Orçamento e PPI, que deriva da utilização do saldo da Conta de Gerência do ano 2007, bem como a inclusão no PPI do projecto de pavimentação da Rua da Devesa Velha, em S. Roque. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e oito à votação, sendo deliberado por unanimidade aprovar os referidos documentos. =====

===== **Ponto vinte e nove:** Relatório da auditoria efectuada à empreitada “Via do Nordeste – 3ª Fase – Conhecimento e tomada de posição. =====

===== Para efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deu

conhecimento à Assembleia Municipal do relatório de auditoria enviado pela CCRN, respeitante à verificação de procedimentos e parte financeira, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== É simplesmente para tomarem conhecimento, não houve qualquer reparo do relatório de auditoria à Empreitada da Via do Nordeste III Fase. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento do referido documento.

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Vamos então agora entrar, se existirem no público pessoas interessadas a intervir na Assembleia Municipal, no período de intervenção destinado ao Público. =====

=== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ===

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Vicente Oliveira, Altino Tavares, Leonel Martins e Nuno Jesus. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vicente Oliveira, residente no lugar de Vilar, desta cidade. =====

===== Senhor Presidente da Câmara, a população do lugar de Vilar, reconhece que nestes três últimos anos, a Junta de Freguesia, com alguma ajuda da Câmara Municipal, têm-se empenhado na execução de várias obras no nosso lugar, que são muito importantes para o seu desenvolvimento. Senhor Presidente, também sabemos que Roma e Pavia não se fizeram num só dia, mas há algumas obras que são muito necessárias aos Municípios, um exemplo: a velha ponte de Vilar já tem muitos dias e muitos anos à espera que a Autarquia proceda à sua manutenção. Por essa ponte, datada de 1869, transitam muitas viaturas diariamente, as quais se deslocam na sua maioria para nascente da nossa cidade. Sabemos que os maiores utilizadores são das freguesias de Palmaz e Macinhata da Seixa e do lugar de Vilar, ponte para os quais é da maior importância, contribuindo assim para o descongestionamento do centro da nossa cidade. Senhor Presidente, o novo Plano de Urbanização prevê o alargamento da cidade para a periferia, com o conseqüente aumento da circulação rodoviária. Seria oportuno que os autarcas pensassem já nas novas acessibilidades para o nosso futuro, nomeadamente a manutenção e alargamento da referida ponte. Tenho dito. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio do seguinte modo: =====

===== Dava agora a palavra ao Senhor Altino Tavares, dando nota do seguinte, o Senhor Altino Tavares não estava cá no início da Sessão e eu já despachei a resposta que foi

dada à sua questão apresentada na última Assembleia Municipal, portanto durante a semana vai recebe-la. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Altino Tavares, residente nesta cidade. =====

===== Boa tarde. Novamente V. Exas. não me dão uma resposta concreta, à pergunta que formulei na Assembleia Municipal de 27.12.2007, na Assembleia de 29.02.2008, na Assembleia de 28.04.2008 e já lá vão 6 meses, ou seja, 180 dias de espera e que deu tempo suficiente para V. Exas. encontrarem palavras para não me dizerem nada. V. Exas. têm consciência de que exigem e penalizam o município, se este não cumprir os prazos estabelecidos por V. Exas.? E V. Exas., cumprem o estabelecido, de darem resposta ao município, no prazo de 10 dias? Onde está a justiça? Novamente estou nesta Assembleia, para expressar a minha indignação pela vossa falta de ética de não me darem resposta ao que vos formulei nas Assembleias mencionadas e novamente faço a mesma pergunta, a quem de direito, para que me dêem uma resposta concreta. É possível autorizar a construção num prédio encravado, que não possui qualquer uma das suas confrontações um caminho público? A resposta que pretendo é tão e somente a seguinte - é possível ou não é possível? Não foi por acaso, que na última Assembleia deste Município, falei na estátua em tributo ao Emigrante de Ferreira de Castro. Perante os resultados líquidos do exercício desta Câmara, positivo, mas que também poderia ser negativo, verificou-se um aumento significativo dos proveitos nas taxas e prestações de serviços, aplicadas por V. Exas. aos municípios. É lógico, que quem está a tapar os buracos desta Câmara, são os Oliveirenses, que por força destes aumentos, estão a abrir um fosso muito grande no seu orçamento mensal, e que se traduz num mal estar constante e por isso, V. Exas. não estão a valorizar o modo vida dos Oliveirenses, mas sim a levá-los a uma falência estrutural, porque estes não conseguem pagar o que V. Exas. taxam. Digo isto, porque verifico que V. Exas., não irão cobrar algumas taxas às Associações ou Instituições sem fins lucrativos e com graves problemas financeiros. Ora todas as famílias Oliveirenses que têm dívidas, porque não conseguem arrecadar um cêntimo no fim do mês, também não deverão pagar essas taxas, porque o resultado mensal é negativo e, por isso, deverão ser inseridas numa Associação de Famílias em Falência Estrutural e isentá-las dessas taxas, e mais, atribuir-lhes um subsídio em função do seu agregado familiar, como V. Exas. fazem com essas instituições. Também todos nós sabemos que V. Exas. ganham bem, e algumas empresas comerciais ganham bem, e deveriam ser taxadas em função do seu consumo de água e não de uma taxa fixa, porque desta forma os pobres cada vez estão mais pobres e os ricos cada vez mais ricos, porque V. Exas. não se lembram que a maioria dos Oliveirenses vivem para sobreviver, pois ganham em média uns míseros € 500 (quinhentos euros) e pagam as mesmas taxas e prestações de serviços como de ricos se tratassem. Perante a política de V. Exas., em taxarem a torto e a direito os Oliveirenses, a muito curto prazo, V. Exas. terão, uma cidade deserta, porque a população é obrigada a imigrar, quer dizer, que desaparecem para nunca mais voltarem. Quanto ao que foi aprovado pela maioria do PSD na última Assembleia Municipal sobre o alargamento do mapa horário de funcionamento para três anos, estou de acordo com o PS, em que deveria ser aquando e só da abertura do estabelecimento, ou de outra alteração de funcionamento, como fazem os Municípios vizinhos. Mais uma taxa sobre os comerciantes e prestadores de serviços, que são a maioria. O comércio e os municípios neste momento, estão a pagar à Câmara, uma despesa fixa mensal, que passo a descrever: taxa municipal de direito de passagem do telefone; taxa municipal de direitos de passagem da Internet; taxa municipal de publicidade; taxa municipal de horário de funcionamento; taxa municipal de quota de serviço; taxa municipal de

saneamento, taxa municipal de salubridade; taxa municipal de resíduos sólidos; taxa municipal de circulação; taxa municipal de estacionamento; taxa municipal de IMI; taxa municipal de derrama, provavelmente ainda me vou lembrar de mais alguns. Quanto ao corte de cargas e descargas nas ruas pedonais, por dois pilares que não descem, não estou de acordo, porque obriga a uma manobra de inversão de marcha e, em alguns casos, de marcha atrás, muito perigosa e sujeita a graves acidentes. Quem é responsável por essas manobras perigosas? Quem fiscaliza o espaço para cargas e descargas, que para esse fim está disponível e que está todo o dia ocupado pelas mesmas viaturas? Onde podemos estacionar para cargas e descargas, sem incorrer a manobras perigosas? Presumo, que como cidadão, Oliveirense e munícipe, tenho direito a que me dêem respostas concretas. É só. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Sr. Leonel Martins, residente nesta cidade. =====

===== Boa tarde a todos os presentes. Em primeiro lugar, eu ainda não tinha tido a oportunidade de agradecer ao Senhor Presidente da Câmara, ao Senhor Ápio Assunção, a coragem que teve naquela Assembleia em que se debateu o PDM, publicamente assumir a posição de que iria preservar o nosso património, concretamente a Casa dos Monteiros. Ainda não tinha oportunidade de o fazer, mas digo com sinceridade que este agradecimento que eu faço não é só em meu nome, mas de muitas pessoas que estão aqui presentes, inclusivamente na Mesa em que o Senhor está sentado há pessoas que defendiam a atitude que o Senhor tomou. Em segundo lugar, e agora vou tomar uma posição ligeiramente diferente do orador que me antecedeu e em relação à zona pedonal. Eu precisamente venho-me congratular por terem sido colocadas aqueles obstáculos, porque apesar das manobras perigosas é muito mais seguro do que passarem lá os carros livremente. É lógico que apesar de terem os obstáculos, há pequenas deficiências que têm a ver com o facto dos Oliveirenses não terem civismo nenhum e aliás o Dr. já reparou e já falou até com o Vereador Dr. Ricardo, acerca daqueles mecos que estão lá me baixo, junto ao Cipriano Martins, em que os carros continuam a passar. Depois há também a situação em frente ao Gemini, em que não passam, mas estão a transformar aquilo numa zona de estacionamento, mas são pequenos pormenores que com o tempo serão naturalmente ultrapassados. Eu há tempos apresentei uma proposta por escrito, que foi enviada para o Senhor Presidente da Junta, para o Senhor Ramiro, outra para o Senhor Hermínio e outra para o Senhor Presidente, quer era a propor uma sessão pública de apresentação do PDM. Recentemente o Dr. Ricardo respondeu-me e disse que iria haver uma Assembleia Municipal para debater essa questão do PDM e o PU também. Eu só queria pedir novamente para que fosse criado um tempinho ao fim para o Público, mas mais alargado e não só cinco minutos. Depois outro assunto tem a ver com o trânsito, uma sugestão de trânsito em que eu verifiquei que a zona da Igreja tinha sido transformada em placa giratória e uma das razões que foi invocada para o trânsito passar em frente à Igreja foi o acesso depois à descida que vai para a Renault e creio que hoje já entrou uma proposta para que quando se chegasse ao pé dos Bombeiros se cortasse logo, se pudesse descer, mas queria dizer que continua-se a poder ir em frente à Igreja, eu não sei qual a utilizada, mas também não sou técnico. O que queria sugerir é que repensassem o trânsito em frente à Igreja, e dado que agora é possível descer pela Renault, que pensassem eventualmente continuar aquilo como zona pedonal, até porque dá a impressão que a zona pedonal só começa a meio da Rua Bento Carqueja, quando o piso e tudo o mais dá a sugestão que ela começa lá em cima. Agora vamos supor que o trânsito continua lá a funcionar e então tem ali uma situação, e eu já falei com o Dr. Ricardo e escrevi duas vezes, isto já lá vai um ano, que era a questão da história da passeadeira que tem antes daquele relevo que tem a

ligar da Igreja para o outro lado e os Senhores hão-de reparar que quem vem do lado dos Bombeiros tem lá uma passadeira, está bem visível, curiosamente há outros onde era preciso e não se nota, mas está bem visível, tem uma placa para os condutores darem a prioridade aos peões que está colocada antes dessa passadeira, o que induz as pessoas em erro, quem vem a conduzir eventualmente pode pensar que dá prioridade é quem atravessa na passadeira e como agora o trânsito passa em frente à Igreja, torna-se um pouco complicado para o próprio peão saber onde é que deve atravessar, se atravessa realmente na passadeira que está lá pintada no chão, ou se vai atravessar na parte superior, portanto agradecia que revisse essa situação. Uma outra questão, e não vejo a ser tomada medida nenhuma, é o acesso à La-Salette, para quem vai a pé pela zona do calvário. Eu já apresentei aqui uma sugestão, para que fosse construído um passeio, pelo menos de um dos lados. Há tempos falei com o Senhor Ramiro, que me disse que era um problema por causa das águas, mas eu acho que é viável, se não for tudo ao mesmo nível, vai-se rebaixando com a soleira da porta, eu acho que é viável, mas é preciso fazer-se alguma coisa porque depois dizem “ninguém vai à La-Salette”, pois não, quem for a pé corre um grande risco e depois também há o pormenor que muita gente vive lá em cima, na parte alta, e passa muitas pessoas ali durante o dia e é preciso tomarem medidas. Outra coisa, com a alteração do trânsito foi a passadeira em Santo António. Antigamente em Santo António, em frente à Pastelaria Laranjeira, tinha ali uns semáforos que eram para os peões, que agora estão intermitentes e como estão intermitentes os motoristas estão-se marimbando para os peões, além de que a passadeira não está pintada, havia uma feita em paralelos que ficava antes dos semáforos. Eu agradecia, como peão estou a olhar pela minha saúde, que fizessem lá uma passadeira. Outra coisa, é a velha história, nós não temos as coisas que queremos e não damos valor às coisas que temos. Nós temos em frente à Igreja, aquela pedra que está ao alto, que é um marco milenar que atesta a presença dos romanos na nossa zona e curiosamente, eu já não digo retirá-lo de lá porque para guardá-lo num armário não vale a pena, as coisas são para se ver, agora o que convinha era colocar lá uma placa para as pessoas saberem o que é aquilo, para respeitarem aquilo, não é como por exemplo, achei engraçado quando foi o mercado à moda antiga, aquelas “mesecas” para pôr o material foram colocadas um monte delas encostadas ao marco, até quase a dizer isto vai fazer jeito para suportar as mesas. Dada a importância histórica que aquilo tem, pelo menos uma placa a dizer o que aquilo é não custava nada. Agora outra sugestão, e agora é mesmo para acabar, é uma imagem que passa um certo desleixo para quem vem cá, e já se ouviu falar muitas vezes e a Câmara gastou uma pipa de massa nisso, que é o espelho de água no jardim, que já está assim há montes de tempo e dá uma má imagem, porque é em pleno centro, era, agora já não tem aquela centralidade que tinha, mas acaba sempre por ter uma centralidade, tem lá inclusive o Monumento aos Combatentes, que é um exemplar a nível nacional e depois tem lá aquele espelho de água que dá uma má imagem. Eu não digo que se vá agora gastar dinheiro a recuperar aquilo tudo, nem que se colocasse lá uns peixinhos ficava mais giro, uma coisa qualquer. Para finalizar, outra sugestão, era o caso do fontanário em frente à Igreja. Também vão tratar disso? Eu não sei se vai haver mais uma Assembleia, mas se não houver desejo umas boas férias a todos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Nuno Jesus, residente na freguesia de Travanca. =====

===== Boa noite a todos. O que me trás aqui, como Travanquense, é um convite a todos os presentes, não só aos eleitos mas a todos os presentes, mas eu não vou perder a oportunidade em fazer um reparo como Oliveirense. Eu acho que é triste quando Eleitos que estão aqui a conversar, ou melhor a expor as suas ideias democraticamente porque têm legitimidade para

isso, outros Eleitos apupem, berrem e atirem bocas. Acho que é feio. Podem fazer isso em outros lados, mas nós somos Oliveirenses, temos que ter orgulho nisso e acho feio fazer isso. Na Assembleia da República que façam isso, mas nós somos Oliveirenses e acho que temos de ter orgulho nisso e estar acima disso. O que convite que venho fazer aqui como Travanquense, e porque me foi pedido por outros, é que hoje a Associação Cultural de Travanca está a inaugurar a remodelação das suas instalações e nesse sentido eles pedem-me para convidar as pessoas que no final de jantar, com certeza que todos vão jantar antes, que queriam lá aparecer é no edifício da Junta, as portas estão abertas e serão todos bem recebidos. Muito boa noite. Obrigado. ===

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Quando falei pela primeira vez, eu deixei um convite e estou a falar a sério. Queria convidar os Membros da Assembleia Municipal e até o Público que está aqui presente a ir ver o edifício do Gemini. Vai estar aberto, nós vamos ter lá um evento hoje, para ver aquilo por dentro. É um edifício moderno, com tecnologias modernas que valem a pena ver. Já agora também aproveito para anunciar a inauguração daquele Café Concerto que será no dia 19 de Setembro. Claro que o concessionário vai preparar aquilo, precisa agora de um mês ou dois, e para não estarmos agora a correr no tempo da praia, no dia 19 de Setembro vamos fazer a inauguração oficial. =====

===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da acta relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Para terminar esta Sessão, o Senhor Presidente da Assembleia disse: =====

===== Muito obrigado a todos, bom fim-de-semana. =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram 20h e 45m, da qual para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====